

InFocus



EDITORES CONVIDADOS

Poverty in Focus é uma publicação regular do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI). O objetivo desta edição é apresentar uma ampla gama de opiniões e de autores sobre a classe média em ascensão no mundo em desenvolvimento.

Editores Convidados

Michael MacLennan e Beatriz Judice Magalhães,
Centro Internacional de Políticas para o
Crescimento Inclusivo

Produção Editorial

Roberto Astorino e Rosa Maria Banuth

Tradução

Leonardo Padovani

Revisão

Valdineia Pereira da Silva

Capa: A cacofonia de vozes, as perspectivas, as definições e as interpretações da classe média são retratadas na nuvem de palavras apresentada na capa desta edição da *Poverty in Focus*. Esta nuvem foi criada por meio da plataforma online *Woordle*: <www.woordle.net> e editada pela equipe do CIP-CI.

Nota dos editores: O CIP-CI é grato à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil (SAE) e a Fábio Veras Soares pelo apoio no desenvolvimento desta edição especial. Também apresentamos nossos sinceros agradecimentos a todos os autores por suas generosas contribuições de tempo e *insights* esclarecedores, sem qualquer remuneração.

O CIP-CI é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Brasil, para a promoção da cooperação Sul-Sul no âmbito da pesquisa aplicada sobre a pobreza. O Centro especializa-se na produção de recomendações de políticas, baseadas em pesquisas e voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade. O CIP-CI está diretamente ligado ao Grupo de Pobreza do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento, ao PNUD e à Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo brasileiro.

Diretor Interino do CIP-CI

Jorge Chediek

**Centro Internacional de Políticas
para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)**

Grupo de Pobreza, escritório de Políticas para o
Desenvolvimento do PNUD

SQS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil

ipc@ipc-undp.org ■ www.ipc-undp.org

As opiniões expressas nas publicações do CIP-CI são dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou do governo do Brasil.

Direitos e Permissões – Todos os direitos reservados. O texto e os dados desta publicação podem ser reproduzidos, desde que seja obtida permissão, por escrito, do CIP-CI e que a fonte seja citada. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ao longo do tempo, o termo “classe média” já assumiu vários significados, tornando-se objeto de aspiração das pessoas pobres, objeto de desejo para um governo forte, palavra de ordem de políticos de todo o mundo e fonte de novos clientes para as empresas e para a economia global.

Esta edição especial da *Poverty in Focus*, dedicada exclusivamente à exploração de temas relacionados à classe média, é parte de um grande esforço iniciado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), em colaboração com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Gabinete da Presidência da República do Brasil, para estudar a classe média em um contexto de desenvolvimento em âmbitos nacional, regional e internacional.

As contribuições para esta edição temática vieram de renomados autores de diversas partes do mundo que vêm abordando o fenômeno da classe média de diferentes perspectivas ideológicas, acadêmicas e regionais, para explorar uma série de questões referentes à importância de uma classe média crescente e dos desdobramentos globais no desenvolvimento.

O conceito de classe média é bastante discutido, fato evidente pela diversidade das definições do termo. Os autores aqui presentes buscam avançar nesse terreno instável, por vezes utilizando e por vezes criticando as definições sociológicas e aquelas baseadas na renda, enquanto permanecem atentos às realidades históricas e culturais específicas a classes médias diversas.

Para fins de formulação de políticas, embora as abordagens quantitativas de definição da classe média possam parecer diretamente aplicáveis e apropriadas, também é importante considerar que, às vezes, é necessária uma análise mais aprofundada para abordar os aspectos operacionais ou de definição, muitas vezes negligenciados por abordagens baseadas na renda (quantitativas). De modo geral, estas abordagens refletem o meio da distribuição (ou seja, a classe média como o terço médio da distribuição de renda). No entanto, muitas vezes, não são levados em conta muitos dos aspectos socioculturais, psicológicos e, em alguns casos, políticos do pertencimento à classe média.

Ao se referir à classe média, deve-se, em primeiro lugar, determinar a razão ou o objetivo de tentar definir este conceito. Como pontos de corte e concepções baseados na renda podem ser facilmente adaptados, parece que o termo é bem relativo. No entanto, a utilidade de se empregar uma definição clara de classe média em discussões sobre o desenvolvimento não pode ser ignorada. Aqueles que estão fora da pobreza, mas que ainda não têm segurança econômica suficiente para serem caracterizados como pertencentes à classe média (de acordo com a definição de classe média baseada na vulnerabilidade), conforme destacado por vários artigos desta publicação, formam um grupo muito importante para garantir que os ganhos de desenvolvimento não sejam perdidos e que este grupo tão vulnerável possa continuar a se desenvolver socioeconomicamente e possa ingressar, de fato, na classe média.

O crescimento econômico alcançado nos últimos 15 anos pelas economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (os Brics), entre outras, atraiu grande atenção para os temas de investimento internacional, financiamento e desenvolvimento social, especialmente em regiões onde muitas pessoas conseguiram sair da pobreza durante o mesmo período. O crescimento da classe média nestas sociedades também tem atraído muita atenção, e este segmento da população mundial tem sido considerado o novo motor da economia global. A relevância deste segmento da sociedade em assegurar ganhos do desenvolvimento, bem como o seu papel no desenvolvimento mais amplo permanecem temas muito debatidos, refletidos nos diversos artigos desta edição.

Esta edição especial apresenta ao leitor uma série de discussões atuais, ao mesmo tempo em que ajuda a levantar algumas questões muito importantes sobre o papel da classe média no desenvolvimento, além de outras questões, como: Esta classe média emergente irá alinhar seus interesses com os dos pobres e mais vulneráveis da sociedade ou com os ricos? A classe média fortalece as instituições democráticas? Nos países em desenvolvimento, a classe média em ascensão irá exigir mais disponibilidade e melhor qualidade dos serviços públicos de seus governos? Ou será que, cada vez mais, a classe média irá desistir das alternativas públicas e optar por serviços oferecidos pelo setor privado (ou seja, serviços particulares de saúde, escolas particulares etc.)?

Em nome de todos do CIP-CI, espero que estes artigos a respeito das diferentes facetas da classe média ajudem a informar os leitores sobre a complexidade de se tentar definir esta classe tanto como um agrupamento quantitativo quanto como um fenômeno sociológico. Esperamos, ainda, que a revista possa ser também uma boa introdução para os debates atuais relativos à classe média, no âmbito das discussões referentes à redução da pobreza, à democracia, à ação cívica, ao crescimento econômico e também ao desenvolvimento em um sentido mais amplo.

por Michael MacLennan

Uma Universalidade Complexa: a Furtividade do Conceito de Classe Média

por Michael MacLennan,
Centro Internacional de Políticas
para o Crescimento Inclusivo¹

Nos últimos anos, a classe média tem emergido como sujeito e objeto do desenvolvimento de novas e diferentes maneiras, em todo o mundo. Grande parte da rápida expansão da classe média no mundo em desenvolvimento deve-se ao número inédito de pessoas que ascenderam da pobreza em países como o Brasil, a Índia, a China e a África do Sul. Ao mesmo tempo, uma miríade de desafios econômicos na Europa e na América do Norte resultou em medidas de austeridade que aplacaram as aspirações e expectativas vibrantes das classes médias.

O crescimento da classe média nos países em desenvolvimento é significativo, pois representa um grupo de pessoas de tamanho sem precedentes, que se tornou economicamente mais seguro ou, pelo menos, menos vulnerável a choques econômicos. Isso, por sua vez, levou alguns a afirmarem que estaria sinalizada uma mudança nos parâmetros do desenvolvimento e na forma como ele é entendido na era moderna. A ascensão da nova classe média do mundo em desenvolvimento requer não somente um refinamento da compreensão do que significa a “pobreza” mas, ao mesmo tempo, um maior conhecimento sobre os membros da sociedade que ainda são vulneráveis e estão em risco de voltar à pobreza. Ou seja, há o entendimento de que as realidades vividas por este “subgrupo” diferem enormemente da daqueles da nova classe média, que são menos vulneráveis.

O rápido crescimento das economias e das classes médias do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (os Brics), ao longo da última década, chamou a atenção dos formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais do desenvolvimento e os motivou a fazer perguntas sobre o papel potencial a ser desempenhado pelas classes médias em expansão na promoção da democracia, no fortalecimento das instituições e na facilitação de formas mais

inclusivas de crescimento. Estas perguntas vêm acompanhadas de uma questão mais perturbadora: o fato de os Brics estarem envolvidos na aparente ampliação das desigualdades sociais apesar do “progresso econômico” ou, como ilustram alguns dos artigos desta revista, na tendência à maior polarização de sociedades já desiguais.

Seja pela pressão sobre a classe média observada no mundo desenvolvido ou pelo novo crescimento da classe média do mundo em desenvolvimento, este tema aparentemente periférico vem se tornando cada vez mais central às discussões sobre desenvolvimento e redução da pobreza, já que o tamanho e a influência das classes médias dos países em desenvolvimento, em particular, tornaram-se difíceis de ignorar.

Nesta edição da *Poverty in Focus*, Surjit Bhalla e Homi Kharas introduzem a ligação entre o rápido crescimento das economias em desenvolvimento e como isso vem gerando uma distribuição substancialmente mais igualitária da renda global, formando classes médias expressivas no mundo em desenvolvimento.

Eles argumentam que as demandas políticas e materiais das pessoas de classe média dos diferentes países são muito distintas daquelas dos ricos e pobres. Bhalla e Kharas indicam a importância desse fato, uma vez que o crescimento da classe média global tem o potencial de perturbar o equilíbrio institucional que caracteriza tantos governos de Estados em desenvolvimento, já que tais governos tendem a operar numa lógica política e econômica binária, levando em conta os interesses dos ricos ou dos pobres.

A dupla demonstra o seu entendimento de que as aspirações da classe média estão sob ameaça em economias avançadas e emergentes com uma discussão sobre o papel da classe média em vários movimentos de protestos no mundo. Bhalla e Kharas destacam a crescente angústia da classe média e desconstruem o conceito

Seja pela pressão sobre a classe média observada no mundo desenvolvido ou pelo novo crescimento da classe média do mundo em desenvolvimento, este tema aparentemente periférico vem se tornando cada vez mais central às discussões sobre desenvolvimento e redução da pobreza, já que o tamanho e a influência das classes médias dos países em desenvolvimento, em particular, tornaram-se difíceis de ignorar.

Os artigos a seguir também ajudam a lançar luz sobre a furtiva definição do que significa fazer parte da classe média em países diferentes (além de qualquer exercício acadêmico ou semântico), bem como o papel da classe média no desenvolvimento.

1. Coordenador da pesquisa sobre a Classe Média no Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI).

para determinar suas causas e seus efeitos sociais, econômicos e políticos sobre a sociedade. Os autores sustentam que o crescimento mundial da classe média, de modo geral, e os movimentos de protesto, em particular, devem ocupar um espaço de destaque na discussão sobre o desenvolvimento.

Com base nos problemas e questões levantados por Bhalla e Kharas, Francis Fukuyama explora os interesses e as razões por trás do descontentamento destes membros da nova classe média global. Ao relacionar a Primavera Árabe de 2011, os protestos na Turquia e as recentes manifestações em todo o Brasil como sendo, em parte, resultado da nova e emergente classe média global, ele revela que as mudanças promovidas pela classe média só vêm realmente a ocorrer uma vez que ela se engaje na formação de coalizões com outros segmentos da sociedade (a classe média raramente representa mais que uma minoria da população nos países em desenvolvimento e, muitas vezes, é composta por várias subdivisões). Em seguida, Fukuyama examina a construção necessária de coalizões com outros grupos nos movimentos de protesto do Egito e da Tunísia, e o sucesso ou o fracasso de fazê-lo, em relação aos atuais protestos e ao rápido crescimento da classe média observados na Turquia, Brasil e China, entre outros.

Nancy Birdsall examina “A Classe Média nos Países em Desenvolvimento – Quem Ela é e Por Que Ela Importa”, primeiro dissecando as várias abordagens usadas na definição da classe média em um contexto nacional e global, bem como as vantagens e desvantagens do uso de tais definições. A autora observa que descrever a “classe média” dos países em desenvolvimento em termos de renda absoluta possibilita a análise da classe média em diferentes países e períodos de tempo. Isto, por sua vez, fornece a base para que seja realizado um exame das causas econômicas e políticas e das consequências do tamanho e das características da classe média, ao mesmo tempo em que fornece uma maior compreensão do quadro mais amplo de desenvolvimento.

Além disso, Birdsall levanta algumas questões muito relevantes sobre a classe média como um agente de mudança ou de apoio para as estruturas e instituições existentes, como:

- A nova classe média em ascensão nas economias emergentes será mais propensa a apoiar as políticas econômicas orientadas para o mercado? Ela será mais propensa a exigir do governo uma governança transparente e eficaz?
- A qualidade dos serviços públicos é relevante para esta nova classe média? Ou melhor, será que esta nova classe média em ascensão em muitos países em desenvolvimento irá descartar as alternativas públicas e recorrer a alternativas privadas, tais como serviços particulares de saúde, condomínios fechados e escolas particulares (uma vez atingido certo nível de renda)?
- A classe média emergente alinhará seus interesses aos das populações pobres e vulneráveis? Ou, contrariamente, aos interesses e valores dos ricos e da elite?

Birdsall discorre sobre a questão dos valores da classe média, discutindo se eles irão se alinhar ou se colocar de forma oposta às normas e instituições estabelecidas, caracterizando então o agente de mudança descrito nos artigos de Bhalla e Kharas e de Fukuyama, que ilustram a importância de tal questão no presente momento, no contexto dos protestos que ocorrem atualmente nos mundos desenvolvido e em desenvolvimento.

Andrés Solimano também participa da complexa discussão de como definir a classe média introduzida por Birdsall, e demonstra como isso complica ainda mais a análise dos efeitos que as políticas econômicas e sociais vêm tendo sobre este segmento da população.

Solimano examina os impactos da era neoliberal e da globalização sobre a estrutura social dos países e os delimita da seguinte forma:

- a acentuada concentração de renda e riqueza entre poucas elites econômicas;
- a saída de milhões de pessoas da pobreza e seu ingresso na “classe média”;
- a crescente diferenciação interna da “classe média”; e
- a terceirização de empresas e atividades para países com custos de produção e salários mais baixos, aumentando a concorrência de importações com baixo custo de fabricação e também as taxas de imigração e des-sindicalização.

Em seu artigo, o autor enfoca questões analíticas e políticas que devem ser consideradas quando se analisa o impacto desses desdobramentos sobre a classe média.

Em seguida, Luis F. Lopez-Calva realiza uma análise regional da classe média na América Latina, com base na última década de crescimento econômico e esforços políticos dramáticos por parte de alguns governos para reduzir a desigualdade por meio de intervenções estatais. Ele introduz uma nova abordagem para analisar a classe média com base no conceito de vulnerabilidade à pobreza – ou, melhor, no grau de segurança econômica. Aplicando tal definição à classe média da América Latina, Lopez-Calva classifica diferentes grupos econômicos na região. Além disso, ele deixa claro o papel da classe média no desenvolvimento e ressalta que, para aqueles que ainda estão na pobreza e aqueles que ainda não asseguraram seu lugar na classe média, as políticas sociais na região permanecem importantes. Sua análise destaca a importância do grupo mais vulnerável a retornar à pobreza – isto é, a grande proporção de pessoas que saíram da pobreza e ainda não são economicamente seguras ou estáveis para serem da classe média, mas que permanecem fora do grupo-alvo que recebe a maior parte dos benefícios de programas sociais.

A seguir, Marcelo Neri explica o conceito da “nova classe média” no Brasil fazendo uso das categorias de classes socioeconômicas analisadas pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), de acordo com as quais a sociedade brasileira é dividida em classes A, B, C, D e E – a classe A é considerada a classe mais rica e a classe E, a mais pobre. Neri explora em detalhes o crescimento desta “Classe C”, interpretado como o crescimento de uma nova classe média, para mostrar como o crescimento econômico inédito observado recentemente e as políticas sociais implementadas no Brasil ajudaram muitas pessoas a sair da pobreza – o que auxiliou na concretização do que Neri chama de “o lado brilhante dos pobres”, ou seja, o fato de esta “nova classe média” construir o seu futuro em bases sólidas e sustentáveis.

O autor explica, detalhadamente, o caráter desta “nova” classe média e sua importância para a sociedade brasileira, não necessariamente como uma nova classe de consumidores, mas principalmente

como uma nova classe produtiva. Neri caracteriza a “nova” classe média como um grupo que tem visto sua renda crescer por meio de aumentos reais dos salários, possibilitados por canais de emprego formal, caracterizando-os também como alguns dos membros mais otimistas da sociedade brasileira. Ele descreve a metodologia utilizada em sua definição da nova classe média brasileira e os tipos de análises daí possibilitados, relacionados tanto a fins descritivos como a uma definição operacional e analítica.

Em seguida, Ricardo Paes de Barros e Diana Grosner apresentam sua avaliação das tendências e distribuições de renda que afetam o tamanho da classe média. Eles exploram vários estados de desenvolvimento (caracterizado por diferentes níveis de desigualdade de renda) e demonstram a utilidade de seu modelo na análise de transições de um estado para outro à medida que a renda total da sociedade aumenta. Os autores apontam que o acompanhamento da evolução do tamanho relativo das classes de renda- as classes alta, média e baixa- pode ser uma ferramenta importante para descrever e compreender futuras tendências e /ou transformações da distribuição de renda em âmbito nacional.

Marilena Chaui realiza uma crítica ao termo “classe média” usado para descrever o aumento do número de assalariados no Brasil, considerando que o termo tem sido adotado erroneamente e de forma demasiadamente apressada. Para a autora, este grupo não constitui uma classe média crescente, mas sim uma nova e heterogênea classe trabalhadora, definida por diferenças em âmbito educacional e outras habilidades e competências.

Ela acredita que a classe média real alimenta a manutenção da ordem e da estabilidade em razão de sua natureza fragmentada, que a faz ver seus interesses divididos entre a aspiração de continuar a ascender na escala socioeconômica e o medo de descê-la. Revela-se, então, que a objeção da autora ao termo “classe média” no contexto citado vai muito além de uma questão semântica – ela vê o uso do termo “nova classe média” no Brasil, (em vez de “nova classe trabalhadora”) como um risco de sua absorção ideológica pela classe econômica elitista e dominante. Neste sentido, a autora oferece uma resposta

à pergunta de Nancy Birdsall sobre uma característica importante da classe média, já que, segundo Chaui, a ênfase de tal classe na segurança cria um grupo extremamente conservador e reacionário no Brasil, o que contribui para a manutenção – e para o status quo ideológico – da elite dominante e minoritária.

Assim como Chaui, Jessé Souza critica a maneira como a classe média brasileira tem sido definida. O autor complementa, assim, as críticas de Chaui. Para ele, o grupo forma uma nova classe trabalhadora, composta por indivíduos que não “emergiram para” – ou que não adentraram em uma nova classe socioeconômica – mas que vêm lutando com todas as suas forças para conseguir obter uma posição socioeconômica melhor. Souza vê este grupo como caracterizado pela disciplina e pelo autocontrole – atributos que o ajudam a obter sucesso socioeconômico.

Miguel Foguel e Rudi Rocha dão prosseguimento à análise da classe média brasileira explorando a sua vulnerabilidade a flutuações econômicas. A definição de classe média usada em seu artigo é semelhante àquela adotada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do Brasil (SAE) e à definição apresentada por Lopez-Calva, com base no conceito de segurança econômica e baixa probabilidade de cair na pobreza. Ao explorar essa concepção da classe média baseada no grau de vulnerabilidade a choques econômicos, eles utilizam uma metodologia própria para verificar a robustez deste conceito de vulnerabilidade quando aplicado à classe média no Brasil.

Thomas F. Remington leva a discussão da classe média à Rússia, ao explorar a distribuição de renda no país e analisar o desenvolvimento econômico, a desigualdade e as perspectivas de crescimento da classe média no país no período pós-comunista. Ele demonstra que o fato de a Rússia depender economicamente de seu setor de recursos naturais para promover o crescimento econômico tem aumentado a renda dos grupos ricos, segmentos extremamente pequenos da população, enquanto exacerba a desigualdade e sufoca o crescimento da classe média.

Zoya Hasan complementa a discussão introduzida por Solimano a respeito dos efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre a classe média. A autora também fornece uma resposta para as perguntas

de Nancy Birdsall sobre o caráter da classe média, ressaltando a falta de interesse da(s) nova(s) classe(s) média(s) na Índia em programas públicos para reduzir o fosso da desigualdade ou garantir bens e serviços básicos para a maioria dos indianos.

Hasan também discute a crescente importância política das classes médias indianas e como elas vêm remodelando o cenário político. Ela acredita que o crescimento das classes médias tem forçado os partidos políticos a conciliar a necessidade de atender a estes grupos crescentes e expressivos e sua falta de vontade de realizar gastos sociais com as bases tradicionais de apoio político: os segmentos mais pobres da sociedade indiana.

Movendo o foco para o oriente, Natalie Chun, do Banco Asiático de Desenvolvimento, examina as oportunidades e os desafios da crescente classe média asiática. Ela mostra que o aumento das taxas de crescimento econômico que ajudaram a desenvolver uma classe média mais forte e mais estável na Ásia não só continuará sendo vital para a continuidade do crescimento na região da Ásia-Pacífico, mas também servirá como importante motor da economia global.

Os dois últimos artigos completam uma rodada de análise das classes médias nos países do Brics, levando o foco para a classe média da África do Sul. Justin Visagie examina as várias formas de representar a classe média sul-africana, incluindo as que ele julga mais adequadas. Em sua exploração dos componentes da classe média sul-africana durante e depois do *apartheid*, Visagie demonstra como o conceito se encaixa nas discussões sobre o desenvolvimento e suas consequências para a formulação de políticas.

Mosidi S. Nhlapo e Barbara A. Anderson exploram a composição da classe média da África do Sul e como ela vem evoluindo ao longo dos últimos 15 anos. Eles mostram que, apesar do tamanho da classe média no país ter aumentado, as diferenças na proporção dos domicílios com um padrão de vida de classe média ainda refletem as diferenças entre os quatro grupos raciais oficialmente reconhecidos na época do *apartheid*. Ainda assim, a classe média sul-africana vem refletindo cada vez mais a maioria da sociedade sul-africana, em termos da sua composição.

Esta mudança na composição racial da classe média na África do Sul resultou em modificações nos produtos fabricados e em campanhas publicitárias veiculadas no país, na tentativa de alcançar este novo e crescente segmento de consumo da sociedade, com seus níveis crescentes de renda disponível.

Embora a composição da classe média tenha ficado mais inclusiva, Nhlapo e Anderson

mostram que, no país, a desigualdade entre os grupos raciais permanece no que diz respeito à entrada na classe média, bem-estar e oportunidades.

Assim, esta edição especial da *Poverty in Focus* reúne uma gama extremamente variada de concepções acerca da classe média, além de uma série de perspectivas quanto à sua importância, em vários e diversos discursos.

Os artigos a seguir também ajudam a lançar luz sobre a furtiva definição do que significa fazer parte da classe média em países diferentes (além de qualquer exercício acadêmico ou semântico), bem como o papel da classe média no desenvolvimento. Nos próximos anos, à medida que este grupo continuar crescendo em tamanho e importância nas economias em desenvolvimento, a resposta a essas perguntas também se revelará cada vez mais importante.

por Surjit Bhalla,
Oxus Pesquisas e Investimentos, e
Homi Kharas, Instituto Brookings¹

A Angústia da Classe Média Transborda

Países como Brasil, Índia e China já foram descartados por abrigarem um grande número de pobres do mundo – agora, são reconhecidos como as principais fontes de uma emergente classe média global.

Sinais de angústia da classe média são evidentes no mundo todo: a classe média juntou-se aos movimentos dos “99 por cento” nas economias avançadas e aos recentes protestos antigoverno em países emergentes tão diversos como Brasil, Índia, Turquia, Egito e Rússia.

O conceito de “classe média” tem raízes que remontam milênios e sua origem aparece nos escritos de Aristóteles, que a definiu como aqueles que eram proprietários, portanto, as pessoas mais bem posicionadas para governar o Estado. Segundo ele, elas eram uma força moderadora, tanto com a capacidade quanto com incentivos para uma governança sóbria. Porém, durante sua longa história, a classe média tem sido associada a uma ampla gama de conceitos, da frugalidade ao espírito democrático e ao consumismo desenfreado. Em períodos mais recentes, este grupo de pessoas tem sido cada vez mais reconhecido como um dos principais motores da economia global. Ao contrário dos pobres, estas pessoas têm grandes quantidades de tempo e renda disponíveis. Ao contrário dos ricos, seu número é grande o suficiente para estabelecer tendências globais.

A ascensão da classe média é, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes do mundo moderno. O uso do termo aumentou constantemente durante grande parte dos Séculos XIX e XX.² Países como Brasil, Índia e China já foram descartados por abrigarem um grande número de pobres do mundo – agora, são reconhecidos como as principais fontes de uma emergente classe média global.³ O rápido crescimento dessas e de outras economias está remodelando, fundamentalmente, a distribuição da renda **mundial** e tornando-a significativamente mais igualitária. Vários autores têm tentado definir e mensurar este importante

fenômeno. Nossas estimativas variam de cerca de 2 bilhões (KHARAS, 2010) a cerca de 3,5 bilhões de pessoas (BHALLA, 2007).

As transformações econômicas raramente deixam de afetar as outras esferas da vida, e as mudanças atuais, provavelmente, não serão exceção. Uma característica dessas mudanças estará no movimento de um mundo com a atividade econômica altamente concentrada na América do Norte, Europa e Japão para uma economia mundial mais equilibrada, com vários mercados regionais significativos. Além das mudanças entre os países, que começaram a reverter a “Grande Divergência” do Século XX, haverá transformações significativas no ambiente interno, na medida em que as populações mudam da pobreza para uma vida mais afluyente. As demandas políticas e materiais das pessoas de classe média são muito diferentes daquelas dos ricos e pobres, com o potencial de perturbar o equilíbrio institucional em muitas nações. Sinais de angústia da classe média são evidentes no mundo todo: a classe média juntou-se aos movimentos dos “99 por cento” nas economias avançadas e aos recentes protestos antigoverno em países emergentes tão diversos como Brasil, Índia, Turquia, Egito e Rússia.

O potencial transformador da classe média enfatiza o imperativo para a compreensão dos possíveis cenários futuros de crescimento global e distribuição de renda. O tamanho da classe média no mundo tem

1. Surjit Bhalla é Diretor da Oxus Pesquisas e Investimentos e já ocupou cargos tanto no Instituto Brookings quanto no Banco Mundial. Homi Kharas é Parceiro Sênior e Diretor Adjunto do Programa de Desenvolvimento e Economia Global do Instituto Brookings e já trabalhou no Banco Mundial.

2. Google Ngrams, disponíveis online: <http://books.google.com/ngrams/graph?content=middle+class&year_start=1800&year_end=2008&corpus=15&smoothng=3&share=>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

3. As estimativas variam, a partir de um mínimo de cerca de 400 milhões de pessoas, referente ao G20 (ALI; DADUSH, 2012).

4. Ver Jacobs (2010).

crescido rapidamente nos últimos 15 anos, impulsionado pelo crescimento econômico dos países em desenvolvimento mais populosos. A escada para a classe média – trabalho duro, poupança, educação superior, oportunidades urbanas e empregos decentes – é agora uma possibilidade real em muitos países. Uma consequência desta tendência é uma população grande e jovem, acostumada a taxas relativamente altas de crescimento da renda, que esperam manter em suas vidas adultas. No entanto, as perspectivas de emprego podem não ser tão brilhantes quanto já foram, particularmente porque o crescente crescimento de uma população mais qualificada aumenta também a concorrência para os cargos de escritório (“white-collar positions”). A China, por exemplo, aumentou sua média de anos de escolaridade para um pouco acima da de Portugal e muitos de seus recém-formados estão tendo dificuldades em conseguir emprego adequado.⁴ Mesmo sob um cenário mais favorável para o crescimento tecnológico, o crescente número de pessoas qualificadas na classe média irá enfrentar considerável concorrência no mercado de trabalho altamente qualificado.

Assim, é fácil entender por que tantos acreditam que as aspirações da classe média estão sob ameaça, tanto em economias avançadas como nas emergentes. Enquanto a classe média geralmente paga a maior parte dos impostos, o que ela recebe frequentemente em troca são serviços mal prestados, cuja qualidade é atenuada pela corrupção e pelo desperdício. Na medida em que eles e seus filhos enfrentam a perspectiva de uma crise no mercado de trabalho e da resistência do governo a reformas, muitos tornaram-se defensores cada vez mais fortes da mudança, preparando o palco para as recentes manifestações anti-governo.

O súbito aumento destes protestos reflete tanto uma redução do custo de ações políticas quanto uma forte demanda por elas. A nova tecnologia da mídia social simplificou a tarefa de organizar e dinamizar os movimentos políticos. Ao mesmo tempo, os manifestantes também sentem que os canais pelos quais normalmente pressionavam por reformas – sejam eles democráticos ou não – já não funcionam mais. A única opção é marchar nas ruas. Uma questão muito discutida sobre estes protestos é se eles derivam das inclinações naturalmente progressistas

da classe média, de acordo com a fórmula de Barrington Moore (1966), que dita que “sem burguesia, não há democracia”. Embora sejam certamente atraentes, as evidências por trás desta ideia estão longe de ser robustas. Muitos dos países mais totalitários do mundo, como a Alemanha nazista ou a União Soviética, tiveram classes médias relativamente grandes. Além disso, as pesquisas dentro da classe média nos países em desenvolvimento não sugerem que estas pessoas vejam os valores democráticos como um artigo de fé.

Uma análise da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*), no Peru, mostrou que as pessoas pobres e de classe média apoiavam a governança democrática aproximadamente com a mesma intensidade (CÁRDENAS; KHARAS; HENAO, 2011). Muitas pessoas de classe média, é claro, preferem os sistemas democráticos, mas não necessariamente como sua primeira prioridade. Os “valores da classe média” no centro de alguns desses protestos podem ser muito mais simples do que se costuma acreditar. Embora existam muitos pobres resignados à negligência das autoridades centrais – e a maioria das pessoas mais ricas possuam os meios para cuidarem de si mesmas – o relativo bem-estar de uma pessoa da classe média pode depender muito da eficiência do governo.

Melhorar a prestação de serviços públicos e reduzir a corrupção foram, de fato, as principais reivindicações dos protestos mais recentes. Notavelmente, a dissidência enfrentada recentemente por Dilma Rousseff no Brasil foi provocada pela questão, aparentemente banal, das tarifas do transporte público. O movimento de Anna Hazare na Índia estava, de maneira semelhante, focado na corrupção, ao invés de ter uma demanda idealista por melhores processos democráticos.

Outros protestos recentes, como aqueles contra Erdoğan na Turquia ou Putin na Rússia, têm exibido a política com um papel mais central, mas os manifestantes no Egito os equilibraram, na medida em que demandaram tanto a remoção do autoritário Mubarak quanto de Morsi, eleito democraticamente. Como os governos podem ser mais responsáveis por seu desempenho perante a classe média? A democracia é uma resposta óbvia, mas há muitos tipos de democracia – desde movimentos populistas, que atendem a

um grande número de pobres, até aqueles mais favoráveis para quem tem vínculos com grandes empresas. Poucas democracias parecem apelar diretamente às questões de eficiência e eficácia levantadas pela classe média. Uma possível resposta dos governos seria uma abordagem de “dar poder ao povo”, permitindo que os cidadãos tenham maior influência sobre políticas específicas. Há evidências de que os governos já estejam experimentando essas estratégias.

Cerca de duas vezes mais referendos são realizados hoje em comparação ao que ocorria há 50 anos e muitos países já implementaram alguma forma de democracia direta (THE ECONOMIST, 2011). Os recentes problemas de orçamento na Califórnia, no entanto, demonstram que o voto direto não é uma panaceia. Os governos ainda se questionam a respeito de qual seria a melhor forma de se estruturarem, para manter políticas previsíveis enquanto proporcionam canais pelos quais os anseios da classe média por um futuro melhor possam ser concretizados. No entanto, os governos que negligenciam este grupo devem tomar cuidado.

É pouco provável que a classe média permaneça dócil e satisfeita com o desempenho econômico genericamente bom; ao contrário, é provável que ela exija do setor público um padrão cada vez mais elevado. ■

ALI, S.; DADUSH, U. In Search of the Global Middle Class: A New Index. Washington, D. C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

BHALLA, S. S. Second Among Equals: The Middle Class Kingdoms of India and China. Washington, D. C.: Peterson Institute for International Economics, 2007. <<http://www.oxusinvestments.com/files/pdf/NE20090106.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

CÁRDENAS, M.; KHARAS, H.; HENAO, C. “Latin America’s Global Middle Class”, Brookings Institution Global Economy and Development Working Paper series. Washington, D. C.: Brookings Institution, 2011.

JACOBS, A. “China’s Army of Graduates Struggles for Jobs”, New York Times, 11 December 2010.

KHARAS, H. The emerging middle class in developing countries. Paris: OECD Development Centre, 2010.

BARRINGTON MOORE, JR. Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world. Boston, MA: Beacon Press, 1966.

THE ECONOMIST. “Vox populi or hoi polloi?”, The Economist, 20 April 2011.

por Francis Fukuyama,
Universidade de Stanford¹

A Revolução da Classe Média

Na Tunísia, no Egito, na Turquia e no Brasil, o protesto político foi liderado não por pessoas pobres, mas por jovens com níveis de educação e de renda maiores que os da média.

A definição de classe média não se limita aos níveis de renda, mas envolve também educação, ocupação e propriedade de bens, fatores que são, consideravelmente, mais relevantes para prever o comportamento político.

A classe média empoderada pelos recursos tecnológicos se tornará cada vez mais exigente no que se refere à classe política.

Há um conceito norteador que une a Primavera Árabe de 2011, os protestos na Praça Taksim na Turquia e as recentes manifestações que abalaram o Brasil. Trata-se da ascensão de uma nova classe média global.

Na Tunísia, no Egito, na Turquia e no Brasil, o protesto político foi liderado não por pessoas pobres, mas por jovens com níveis de educação e de renda maiores que os da média.

São pessoas que dominam as ferramentas tecnológicas e que usam mídias sociais como o *Facebook* e o *Twitter* para disseminar informações e mobilizar as manifestações. Mesmo quando vivem em países que realizam eleições democráticas regularmente, como a Turquia e o Brasil, esses indivíduos sentem-se alienados da elite política governante.

No caso da Turquia, eles contestaram as políticas de “desenvolvimento a todo custo” e o autoritarismo do Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdoğan. No Brasil, os manifestantes protestam contra uma elite política enraizada e altamente corrupta que vem promovendo projetos glamorosos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em detrimento do fornecimento de serviços básicos na área de saúde e de educação para atender à população em geral.

O mundo empresarial tem demonstrado entusiasmo com o crescimento da “classe média global” por pelo menos uma década. Em um relatório do Goldman Sachs, projetou-se que as despesas dos três quintis médios de renda do mundo crescerão dos atuais 31 por cento da renda total para 57 por cento, em 2050.

Em outro relatório, publicado pelo Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, há previsões de que o número de pessoas na classe média aumentará de 1,8 bilhão em 2009 para 3,2 bilhões em 2020 e para 4,9 bilhões em 2030 (em uma população global estimada em 8,3 bilhões). A maior parte desse crescimento deverá ocorrer na

Ásia, especialmente na China e na Índia. Ainda assim, todas as regiões do mundo seguirão essa tendência. Isso inclui a África, que, de acordo com estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento, já tem mais de 300 milhões de pessoas na classe média.

A definição de classe média não se limita aos níveis de renda, mas envolve também educação, ocupação e propriedade de bens, fatores que são, consideravelmente, mais relevantes para prever o comportamento político.

Vários estudos transnacionais, inclusive pesquisas recentes da Pew e dados do *World Values Survey* da Universidade de Michigan demonstram que maiores níveis educacionais estão relacionados ao aumento na valorização da democracia, das liberdades individuais e da tolerância referente a estilos de vida alternativos.

As pessoas da classe média não querem apenas segurança para suas famílias, mas também escolhas e oportunidades para si. Aqueles que concluíram o ensino médio ou que passaram alguns anos na universidade são mais propensos a ter conhecimento de eventos ocorridos em outras partes do mundo e a estar conectados a outras pessoas da mesma classe social no exterior por meio de recursos tecnológicos.

Além disso, é importante destacar que os indivíduos recém-chegados à classe média têm maior probabilidade de experimentar aquilo que o cientista político Samuel Huntington chamava de “*A Lacuna*” (“*The Gap*”): isto é, a incapacidade da sociedade de atender às crescentes expectativas relativas aos avanços econômicos e sociais.

Esse fenômeno foi claramente evidenciado na Primavera Árabe, quando dezenas de milhares de jovens com nível educacional relativamente alto lideraram manifestações que resultaram em mudanças de regime. A Tunísia e o Egito tinham formado um

1. *Senior Fellow* do Instituto Freeman Spogli de Estudos Internacionais da Universidade de Stanford. Autor de “As origens da ordem política: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa”.

Este texto é uma versão editada do *Saturday Essay* com o mesmo título e originalmente publicado na edição americana do *Wall Street Journal* (página C1), de 29 de junho de 2013.

grande número de pessoas graduadas na última geração, mas os governos autoritários de Ben Ali e de Mubarak eram regimes de capitalismo clientelista, nos quais as oportunidades econômicas dependiam pesadamente dos vínculos políticos.

A economia desses países não cresceu em um ritmo rápido o suficiente para gerar empregos para grupos de jovens cada vez mais numerosos. O resultado foi uma revolução política.

Ainda que os protestos, as insurreições e, eventualmente, as revoluções sejam tipicamente lideradas por indivíduos recém-chegados à classe média, este grupo raramente consegue implementar mudanças políticas duradouras por si só.

Isso ocorre porque a classe média geralmente representa um segmento minoritário da sociedade em países em desenvolvimento e, além disso, trata-se de um grupo internamente dividido. Caso não consigam formar uma coalizão com outras partes da sociedade, seus movimentos não produzirão mudanças políticas duradouras.

Portanto, os jovens manifestantes em Túnis ou na Praça Tahrir em Cairo conseguiram derrubar seus respectivos ditadores, mas falharam ao não organizar partidos políticos capazes de disputar as eleições nacionais. Os estudantes, em particular, não sabem como se engajar com os camponeses e os trabalhadores de forma a criar uma coalizão política abrangente.

Paralelamente, os partidos islâmicos – o Ennahda na Tunísia e a Irmandade Muçulmana no Egito – possuíam uma base social entre a população rural. Por causa de anos de perseguição política, eles se tornaram extremamente eficientes em organizar seus seguidores com menor nível educacional. Como resultado, triunfaram no processo eleitoral realizado após a queda dos regimes autoritários.

Um destino semelhante pode estar reservado para os manifestantes na Turquia. O Primeiro Ministro Erdoğan mantém sua popularidade fora das áreas urbanas do país e demonstrou pouca relutância em mobilizar membros do seu próprio partido - Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) - para confrontar seus adversários. Esse grupo não enfrenta apenas uma dura repressão por parte de

um primeiro ministro com tendências autoritárias, como também enfrenta as mesmas dificuldades de forjar alianças com outras classes sociais que causaram tormenta com movimentos semelhantes na Rússia, Ucrânia e outros países.

A situação no Brasil é muito diferente. Os manifestantes no país não enfrentarão uma repressão rigorosa por parte do governo da Presidente Rousseff. Ao invés disso, o desafio será encontrar uma forma de evitar a cooptação dos políticos enraizados e corruptos no longo prazo.

O pertencimento à classe média não significa que um indivíduo irá automaticamente apoiar a democracia ou o governo transparente. As classes médias de lá e de países asiáticos, como a Tailândia e a China, apoiaram governos autoritários em situações nas quais essa opção parecia ser o melhor meio de assegurar seu futuro econômico.

A classe média urbana de hoje pode dissipar suas energias em distrações como a política de identidade, ou pode até mesmo ser subornada por um sistema que oferece ótimas recompensas para os que aprendem a dançar conforme a música.

O crescimento econômico produziu uma classe média na China que reúne centenas de milhões de pessoas e constitui cerca de um terço da população total. Essas são as pessoas que se comunicam por meio do *Sina Weibo* – a versão chinesa do *Twitter* – e que se acostumaram a expor situações e a reclamar da arrogância e da duplicidade do governo e da elite do Partido. Eles desejam uma sociedade mais livre, apesar de não estar claro se querem uma democracia nos moldes de “um voto por pessoa” no curto prazo.

Esse grupo será submetido a pressões na próxima década, à medida que a China luta para migrar do *status* de classe média para a alta. As taxas de crescimento econômico já começaram a desacelerar nos últimos dois anos e, inevitavelmente, se estabelecerão em um patamar mais modesto conforme o país se moderniza.

A máquina de empregos industriais que foi criada pelo regime a partir de 1978 não irá mais atender às aspirações dessa população. A cada ano, a China produz de seis a sete milhões de novos graduados, cujas perspectivas de emprego são mais

Ainda que os protestos, as insurreições e, eventualmente, as revoluções sejam tipicamente lideradas por indivíduos recém-chegados à classe média, este grupo raramente consegue implementar mudanças políticas duradouras por si só.

O crescimento econômico produziu uma classe média na China que reúne centenas de milhões de pessoas e constitui cerca de um terço da população total.

obscuras que a de seus pais operários. Se de fato existe uma lacuna entre as crescentes expectativas e a realidade desanimadora, esse fenômeno irá emergir na China nos próximos anos, com amplas implicações no que se refere à estabilidade do país.

A nova classe média não é apenas um desafio para os regimes autoritários ou para as novas democracias.

Nenhuma democracia estabelecida deve acreditar poder descansar sobre os seus louros simplesmente porque realiza eleições e possui líderes bem avaliados nas pesquisas de opinião.

A classe média empoderada pelos recursos tecnológicos se tornará cada vez mais exigente no que se refere à classe política. Os EUA e a Europa estão passando por um período de crescimento reduzido e altas taxas de desemprego, que chegam a 50 por cento entre os jovens em países como a Espanha.

A geração mais velha do mundo rico falhou ao deixar dívidas esmagadoras como legado para os jovens. Nenhum político democrático nos Estados Unidos ou na Europa pode olhar de forma complacente para os eventos em Istambul ou São Paulo e pensar “isso nunca aconteceria aqui!”. ■

por Nancy Birdsall, Centro para o Desenvolvimento Global¹

A Classe Média nos Países em Desenvolvimento – Quem Ela é e Por Que Ela Importa

Projeções de crescimento específicas e relativamente conservadoras para cada país sugerem que, até 2030, até 30 por cento – ou 2 bilhões de pessoas em uma população projetada de quase 8 bilhões nos países em desenvolvimento – pertencerão à classe média... Não há consenso entre os economistas especialistas em desenvolvimento sobre como identificar – e muito menos como definir – a classe média.

1. Presidente e fundadora do Centro para o Desenvolvimento Global (nbirdsall@cgdev.org). Endereço: Center for Global Development, Third Floor, 1800 Massachusetts Ave NW, Washington, DC, EUA.

Este artigo é baseado, em grande parte, em Birdsall (2010) e Birdsall, Lustig e Meyer (2013). Agradeço, imensamente, a Christian Meyer por sua ajuda nas ideias e sua autoria única das figuras.

Com o rápido crescimento das economias de mercado emergentes nas últimas décadas, milhões de pessoas deixaram a pobreza e entraram na nova classe média global. Com uma renda domiciliar mínima de USD10 *per capita* por dia (na paridade de poder de compra de 2005) e máxima de USD50 (falaremos mais sobre isso a seguir), cerca de 15 por cento das pessoas no mundo em desenvolvimento poderiam ser consideradas pertencentes à classe média.

Projeções de crescimento específicas e relativamente conservadoras para cada país sugerem que, até 2030, até 30 por cento – ou 2 bilhões de pessoas em uma população projetada de quase 8 bilhões nos países em desenvolvimento – pertencerão à classe média (Figura 1). Passado este período, o número de pessoas da classe média nos atuais países em desenvolvimento será um pouco maior que aquele dos atuais países desenvolvidos.

Não há consenso entre os economistas especialistas em desenvolvimento sobre como identificar – e muito menos como

definir – a classe média (Figura 2a).

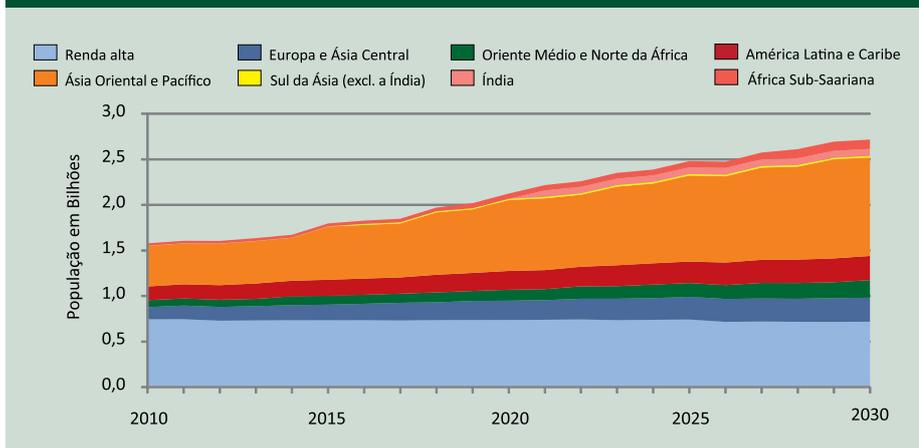
Por que utilizar um limiar mínimo de USD10 *per capita* por dia, ou cerca de USD15.000 por ano, para uma família de quatro pessoas – limites que colocam a “classe média” resultante acima da média da distribuição, mesmo na classe média alta do Brasil (Figura 2b)? E por que utilizar limiares de rendimento absoluto em primeiro lugar, ao invés de uma identificação mais óbvia e convencional de classe média, como aqueles no “meio” da distribuição em determinado país ou no mundo?

Primeiramente, em relação ao limiar de USD10: nas economias relativamente abertas da maioria dos países em desenvolvimento atuais, domicílios em níveis mais baixos de renda, embora não sejam mais pobres, ainda são altamente vulneráveis a riscos idiossincráticos externos e internos, como uma recessão em toda a economia ou um problema de saúde pessoal.

Lopez-Calva e Ortiz-Juarez (2011), utilizando dados em painel sobre os domicílios na América Latina na década de 1990, mostram que, abaixo de USD10 por pessoa, **os domicílios têm mais de 10 por cento de probabilidade de entrarem na faixa de pobreza em cinco anos**. Sua descoberta é totalmente consistente com as evidências de que, nos níveis baixos de renda, a renda domiciliar é volátil e, em muitos países, as pessoas passam muitos anos como “pobres”, mais do que se pode deduzir a partir da taxa de pobreza referente a um ano. Ser de classe média implica possuir renda suficiente (cerca de USD10 por pessoa por dia, pelo menos na América Latina) para que o domicílio esteja em uma posição razoavelmente segura no sentido material – ou seja, capaz de poupar, investir e planejar para o futuro (com uma baixa taxa de juros em termos econômicos).

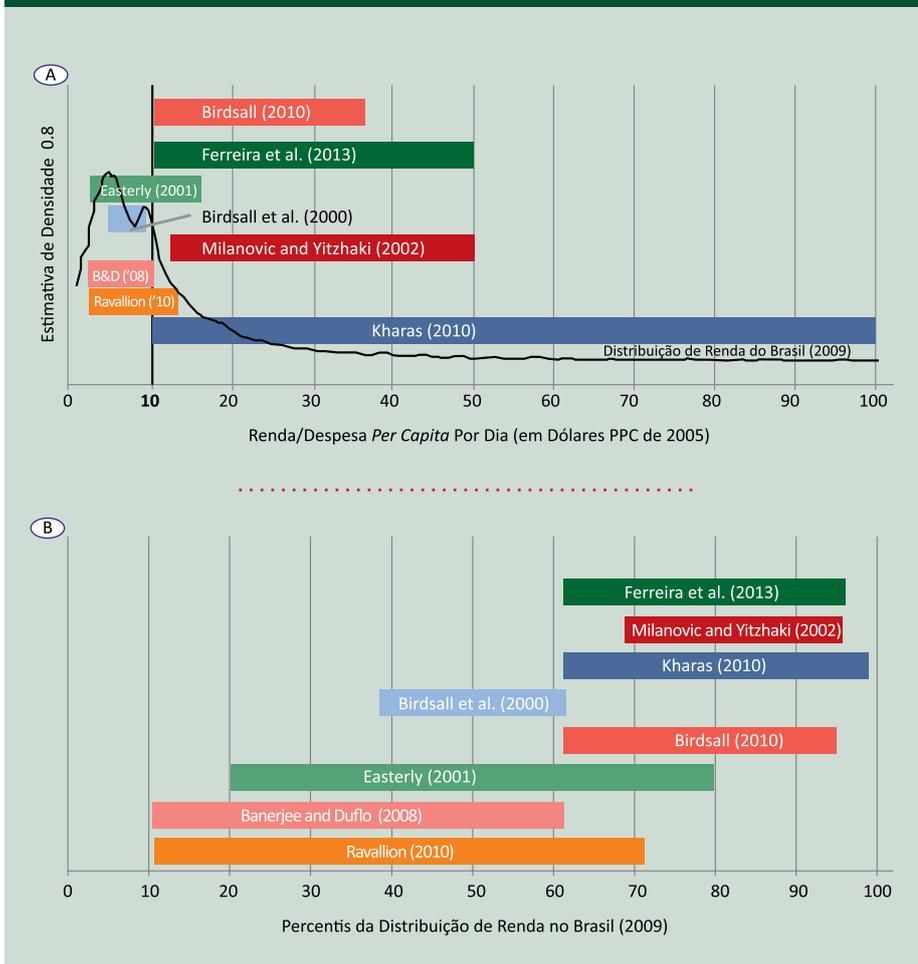
Em segundo lugar, nas pesquisas de opinião e valor na América Latina, o *status* autorrelatado de classe parece confirmar o limiar na faixa de USD10 (FERREIRA et al., 2013).

Figura 1
Onde a Classe Média de USD10–50 Per Capita Por Dia Viverá?
População Global, por Região



Nota: Dimensionada para a população global utilizando as previsões populacionais da DESA – ONU (variante média).
Fonte: Birdsall, Lustig e Meyer (2013).

Figura 2
Várias Abordagens de Identificação da Classe Média, Por Renda/Despesa
Absoluta (Painel Superior-Figura 2a) e Relativa (Painel Inferior-Figura 2b) dos Domicílios



Fonte: Birdsall, Lustig e Meyer (2013).

Pode ser coincidência, ou pode ser que as pessoas em vários países latino-americanos intuitivamente associem a segurança econômica de estar acima de USD10 ao *status* de classe média.

No topo, USD50 acaba sendo um indicador indireto razoável para a exclusão dos domicílios ricos da amostra. Apenas cerca de 2 por cento dos domicílios na América Latina informam ter uma renda diária por pessoa acima de USD50 – ou cerca de USD75.000, em uma família de quatro pessoas (há boas evidências de subestimações expressivas de renda em pesquisas domiciliares). Portanto, uma alternativa para os USD 50 é simplesmente colocar os dois por cento dos domicílios no topo da distribuição de renda de todos os países em desenvolvimento na categoria de “ricos”).

A identificação de “classe média” nos países em desenvolvimento pela sua renda absoluta tem a grande vantagem de permitir

a análise temporal e entre países das causas econômicas e políticas e as consequências da dimensão e características (escolaridade, emprego) da classe média, além do conhecimento para compreender algumas das grandes questões sobre a dinâmica de desenvolvimento e redução da pobreza – incluindo a questão fundamental: por que as nações crescem ou deixam de crescer? Em uma economia de mercado global cada vez mais integrada, com melhores dados domiciliares e certos avanços analíticos, tais como a precificação pela paridade do poder de compra, limites absolutos são mais possíveis e defensíveis do que no passado.

O crescimento global da classe média nas próximas décadas trará grandes mudanças na produção global e nos padrões de consumo, que têm sido amplamente comentadas. Talvez o mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento seja a questão da importância dos membros de

uma classe média independente e de renda segura e sua relação com o Estado – como contribuintes e beneficiários do sistema social e como cidadãos ativos e eleitores – e como, ou se, irão apoiar um crescimento que seja inclusivo e que reduza a pobreza.

A nova classe média será mais propensa a apoiar as políticas econômicas pró-mercado, com uma probabilidade maior de exigir a igualdade de condições em suas economias, com um governo e governança transparentes e eficazes, e estará mais disposta a apoiar preços sensatos de energia, água, educação superior, seguro social e taxa de câmbio?

Até que ponto isto depende e dependerá da qualidade dos serviços públicos, do tamanho e da qualidade do governo e da confiança em sua eficácia a qualquer momento?

Não existem dúvidas de que a crescente classe média em países em desenvolvimento é um resultado de taxas de crescimento saudáveis. Talvez, em um ciclo virtuoso, o recente crescimento na Índia, África, China e grande parte da América Latina, seja ele impulsionado pela “sorte” (altos preços das *commodities*, resultados excepcionais do setor de recursos naturais), pela “globalização” (o comércio, o capital e os movimentos trabalhistas), por boas políticas (fundamentos macroeconômicos sólidos, governos mais democráticos e responsáveis) ou pelos benefícios intangíveis da revolução da informação ou da mudança das normas globais (considere os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) que levaram mais meninas à escola – terá maior probabilidade de ser sustentado e institucionalizado porque a classe média independente tornou-se grande o suficiente e politicamente poderosa o suficiente para ser uma força em prol de um bom governo e do crescimento com oportunidades iguais.

Isso implicaria que as demandas da nova classe média em países em desenvolvimento irão envolver: pouco *trade-off* com programas sociais; políticas fiscais e de gastos redistributivas e, sobretudo, o crescimento com redução da pobreza.

Ou talvez não. Talvez a classe média crescente em muitos países em desenvolvimento irá optar por ficar em condomínios fechados e escolas particulares e ver os seus interesses alinhados não com as populações pobres e vulneráveis

(que, em quase todos os países em desenvolvimento, ainda serão uma parcela maior da população nas próximas décadas), mas com uma nova classe rica, que também está se beneficiando com o crescimento e da globalização, e também, ressalte-se, tão capaz de exercer influências acima de seu peso nos ambientes doméstico e global.



*por Andrés Solimano,
Centro Internacional para a
Globalização e o Desenvolvimento¹*

BIRDSALL, N. "The (Indispensable) Middle Class in Developing Countries". In: R. KANBUR, R.; SPENCE, M. (Eds.). *Equity and Growth in a Globalizing World*. Washington, D. C.: World Bank: 157-188, 2010.

BIRDSALL, N.; LUSTIG, L.; MEYER, C. J. "The New Poor in Latin America: Challenges and Risks", *CGD Working Paper Series*, forthcoming. Washington, D. C.: Center for Global Development, 2013.

FERREIRA, F. H. G.; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; LOPEZ-CALVA, L.-F.; LUGOS, M. A.; VAKIS, R. *Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class*. Washington, DC.: World Bank, 2013.

LOPEZ-CALVA, L.-F.; ORTIZ-JUAREZ, E. "A vulnerability approach to the definition of the middle class", *World Bank Policy Research Working Paper Series*, n. 5902. Washington, D. C.: World Bank, 2011.

Neoliberalismo, Globalização e a Classe Média

Estas tendências têm polarizado as estruturas das sociedades, criando grandes diferenças de renda e riqueza entre os muito ricos, a classe média e os trabalhadores e contribuindo para a ansiedade social, o desespero, o descontentamento e para uma propensão aos protestos.

Uma deficiência das definições de classe média com base na renda é o seu poder informacional reduzido para possibilitar inferências sobre o grau de segurança econômica da classe média, a sua voz, o seu senso de empoderamento e os efeitos das políticas de direitos sociais.

Podem ser distinguidos pelo menos quatro impactos centrais da era neoliberal e da globalização na estrutura social dos países. Primeiramente, houve uma forte concentração de renda e riqueza nas mãos de pequenas elites econômicas. Este fenômeno é conhecido como a "ascensão do um por cento". Nos países que foram pioneiros na adoção do modelo neoliberal, como os EUA, a parcela de renda dos um por cento mais ricos da população é de cerca de 22 por cento. No Reino Unido, é de 15 por cento e no Chile atingiu um recorde de 30 por cento.

Em segundo lugar, nas últimas duas décadas ou mais, em razão do rápido crescimento da China, Índia e alguns países da América Latina, milhões de pessoas deixaram a pobreza e juntaram-se à "classe média", pelo menos quando mensurada estatisticamente em termos do número de pessoas que vivem acima da linha da pobreza.

Em terceiro lugar, tem ocorrido um processo de diferenciação interna na classe média. Indivíduos que trabalham em escolas públicas, hospitais públicos, ministérios e empresas públicas têm sofrido os efeitos adversos da contenção orçamentária, das políticas de austeridade e das privatizações. Entretanto, um segmento "emergente" da classe média – formado por especialistas em finanças, advogados, economistas e administradores de empresas – viu sua renda aumentar, aderindo às fileiras tecnocráticas das grandes corporações.

Em quarto lugar, os salários e o emprego dos trabalhadores foram afetados por mudanças de localização das empresas e pela

terceirização de atividades para países que possuem baixos salários, pelo aumento da concorrência das importações de produtos manufaturados de baixo custo, pelo aumento da imigração e pela redução da sindicalização. Estas tendências têm polarizado as estruturas das sociedades, criando grandes diferenças de renda e riqueza entre os muito ricos, a classe média e os trabalhadores e contribuindo para a ansiedade social, o desespero, o descontentamento e para uma propensão aos protestos.

Este artigo centra-se em questões analíticas e políticas que merecem consideração na análise dos impactos de tais acontecimentos sobre a classe média. Estes se referem ao conceito furtivo de classe média, seus supostos papéis como fonte de poder de consumo e de empreendedorismo e sua contribuição para a estabilidade da democracia.

Questões envolvidas na definição de classe média

As análises da classe média têm empregado esforços consideráveis para chegar a uma definição sobre este segmento da população. Os economistas tendem a usar definições com base na renda (ou no consumo), que podem ser absolutas (por exemplo, dólares de renda por dia ou mês) ou relativas, como decis ou percentagens do rendimento médio. Uma deficiência das definições de classe média com base na renda é o seu poder informacional reduzido para possibilitar inferências sobre o grau de segurança econômica da classe média, a sua voz, o seu senso de empoderamento e os efeitos das políticas de direitos sociais.

1. Presidente do Centro Internacional para a Globalização e o Desenvolvimento (CIGLOB).

Organizações internacionais têm aplaudido o surgimento de uma “nova classe média global”, que, basicamente, imita os padrões de consumo dos países de capitalismo avançado, mas elas provavelmente dão menos atenção a essas outras dimensões.

Os sociólogos preferem definir a classe média em termos de padrões de ocupação, posse de bens, valores, atitudes em relação ao risco e aspirações a uma mobilidade social ascendente. Neste quadro, a classe média é definida em termos de sua inserção na estrutura produtiva da economia e de suas atitudes. Alguns autores, como Gilbert (2008), identificam a classe média como uma “classe da maioria”. De acordo com os seus cálculos, cerca de 60 por cento da população dos EUA seria da classe média (majoritária).

As contribuições da classe média para o desenvolvimento e para a democracia

A literatura mais recente sobre a classe média salienta os benefícios de haver uma grande e sólida classe média na economia. Solimano (2009) examina três canais: (a) o impacto da classe média na demanda dos consumidores; (b) a classe média como fonte de empreendedorismo; e (c) as conexões entre a classe média e a estabilidade da democracia.

Estes três canais precisam ser avaliados criticamente em termos de seus méritos e limites. O argumento de que uma classe média maior **estimule o consumo e a demanda agregada** requer uma maior qualificação. Certamente, as famílias da classe média demandam bens de consumo duráveis, serviços de educação, viagens, habitação e outros serviços. Entretanto, as pessoas e famílias da classe média também dependem, em grande parte, de endividamento para financiar esses gastos. Isso os torna vulneráveis a choques financeiros e à instabilidade no mercado de trabalho, como ocorrido na crise desencadeada em 2008 com perda de empregos, taxas de desemprego recorde entre os jovens (de mais de 50 por cento na Grécia e na Espanha) e falta de crédito.

Um segundo canal seria a classe média como uma fonte de empreendedorismo.

Esta identificação tem raízes históricas, que remontam ao período anterior à revolução industrial na Inglaterra, quando uma classe capitalista emergente surgiu a partir da classe média urbana. Os novos empreendedores – ao contrário dos

proprietários de terras, conforme conta a história – possuíam uma maior propensão a poupar e toleravam uma “gratificação adiada” para acumular capital, obter lucro e ascender na hierarquia social. No entanto, a classe média é um grupo heterogêneo composto também por burocratas, pequenos lojistas, profissionais e intelectuais, além de empresários. Além disso, o segmento empresarial da classe média é, em si, altamente diferenciado, com “empreendedores de oportunidade” e “empreendedores por necessidade” (proprietários de pequenas lojas e empresas que recebem uma taxa de retorno modesta, proporcionando uma renda para viver).²

Um terceiro canal centra-se na classe média como um **segmento estabilizador e democrático da sociedade**. O argumento é de que um centro político moderado viria acompanhado de uma classe média ampla e consolidada e isso reforçaria a estabilidade política e econômica. Em contrapartida, as sociedades polarizadas e desiguais poderiam levar a um ambiente propenso ao autoritarismo e ao populismo, que são prejudiciais a uma democracia estável.

O histórico de crises democráticas na América Latina e na Europa no século XX sugere maior nuance na relação entre a classe média e a democracia. As experiências autoritárias na América Latina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 não oferecem apoio convincente para a hipótese de que a classe média é sempre, e em toda parte, um guardião ferrenho da democracia. Na verdade, os regimes autoritários no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai tiveram diferentes graus de apoio das classes médias, aparentemente satisfeitas com o fato de que o regime militar iria “restaurar a ordem” nas sociedades afetadas por movimentos sociais que pressionavam por uma redistribuição do poder econômico e pela democratização. Por sua vez, a ascensão do fascismo na Europa, nas décadas de 1920 e 1930, ensina uma lição semelhante. Os regimes de Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha eram aparentemente populares entre as classes médias, assustadas com a insegurança econômica, o desemprego, as crises e a ascensão do movimento político de esquerda.³

Observações finais

Delimitar os efeitos do neoliberalismo e da globalização sobre a classe média é um processo complexo. Questões envolvidas na definição tornam difícil a mensuração

do tamanho real da classe média e o mapeamento dos efeitos das políticas econômicas e sociais sobre este segmento da população. No entanto, é evidente que a concentração de renda nas mãos das elites econômicas mais ricas, o alto custo da educação, a fragilidade dos empregos tradicionais da classe média e o aumento do endividamento têm afetado negativamente a classe média durante todo este período neoliberal. Além disso, as idealizações da classe média como uma fonte de empreendedorismo e um modelo de comportamento democrático precisam ser avaliadas com cautela, à luz da evidência histórica e contemporânea sobre o assunto.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. “What is Middle Class about the Middle Class around the World?”. *The Journal of Economic Perspectives*, Spring, v. 22, n. 2, p. 3-28, 2008.

FRIEDEN, J. *Global Capitalism. Its fall and Rise in the Twentieth Century*. New York and London: W. W. Norton and Company, 2006.

GILBERT, D. *The American Class Structure in an Age of Growing Inequality*. 7th Edition. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Pine Forge Press, 2008.

HOBSBAWM, E. *Interesting Times, A Twentieth Century Life*. London, Allen Lane, 2002.

SOLIMANO, A. “Stylized Facts on the Middle Class and the development Process”. In: ESTACHE, A.; LEIPZIGER, D. (Eds.). *Stuck in the Middle. Is Fiscal Policy Failing the Middle Class?*. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2009.

2. Em um estudo empírico com 13 países de baixa e média renda, Banerjee e Duflo (2008) fornecem evidências da presença propagada do empreendedor por necessidade no mundo em desenvolvimento.

Em sua amostra, o empreendedor de classe média típico tem um empregado (em alguns casos, o número máximo de três empregados), suas lojas ou “empresas” possuem ativos produtivos mínimos, tais como máquinas e equipamentos, e as atividades envolvidas têm um baixo nível tecnológico. Os resultados deste estudo são difíceis de generalizar como representação do empreendedorismo de classe média na economia mundial. Países de baixa renda com grandes setores informais dominam a amostra. Por sua vez, a baixa faixa de valor utilizada para definir a classe média (indivíduos que ganham entre USD2 e USD10 por dia) faz com que seja alta a probabilidade de serem incluídas aí as pessoas em situação de pobreza e, portanto, captura, principalmente, empreendedores por necessidade.

3. Para bons registros históricos destes períodos na Europa, ver Hobsbawm (2002) e Frieden (2006).

Uma Nova Abordagem Econômica para Analisar a Classe Média na América Latina

por Luis F. Lopez-Calva, Banco Mundial¹

Não ser pobre não classifica pessoas imediatamente na classe média. Existe um grupo, que na verdade representa a maioria na América Latina, que não é pobre, mas que ainda não é de classe média: os vulneráveis.

Idealmente, fixar-se-ia o conceito de classe média a um princípio não arbitrário, com base no bem-estar social, ou a uma característica particular que diferenciase esta situação de outras – tal como a mensuração da pobreza está ligada à situação nutricional.

1. Este artigo se refere ao trabalho conjunto com Eduardo Ortiz-Juarez, Jamele Rigolini e Florencia Torche, como pesquisa para o Carro-Chefe Regional do Banco Mundial, intitulado “*Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class*”, escrito com Francisco Ferreira, Julian Messina, Jamele Rigolini, Maria Ana Lugo e Renos Vakis (ver Ferreira et al., 2013). Samantha Lach também colaborou na preparação deste artigo.

2. Aqui estamos nos referindo a uma noção “absoluta” de classe média (pense na analogia com o conceito de pobreza). Uma medida “relativa”, com base no conceito de polarização, está em Cruces et al. (2011).

3. Por exemplo, Blackburn e Bloom (1985) identificam a classe média como domicílios com renda per capita variando de 0,60 a 2,25 vezes a renda mediana. Em um estudo diferente, Davis e Huston (1992) usam uma faixa mais estreita, entre 0,50 e 1,50 vezes a mediana. Birdsall et al. (2000) usam uma faixa entre 0,75 e 1,25.

4. O termo “funcionalidades”, conceito comumente usado na economia do desenvolvimento, denota uma série de atividades e realizações (“beings and doings”) que uma pessoa é capaz de fazer, de acordo com Amartya Sen. Ver Basu e Lopez-Calva (2011).

5. A arbitrariedade deste limiar e a análise da robustez são discutidas em Lopez-Calva e Ortiz-Juarez (2012).

6. Para o limiar superior, a linha está estabelecida em USD 50 por dia, o que deixa como “classe alta” aproximadamente 2 por cento da distribuição da renda no topo.

Como a América Latina passou por uma década de crescimento econômico e reduções de desigualdades, que resultaram em uma inequívoca melhoria em termos de mobilidade econômica, permanece a questão: A região se tornou uma “sociedade de classe média”? Tal questão implica uma discussão conceitual mais específica – a saber, o que separa o fato de não mais ser pobre e o de ser um cidadão de classe média? Recentemente, uma nova maneira de pensar sobre as classes médias, de um ponto de vista econômico, foi proposta e aplicada a comparações regionais na América Latina e no Caribe (LOPEZ-CALVA; ORTIZ-JUAREZ, 2012; FERREIRA et al., 2013). De acordo com esta abordagem, um indivíduo se torna de classe média quando não mais está **vulnerável à pobreza**. Segurança econômica é, portanto, a principal **funcionalidade** por trás do fato de ser de classe média.² Como resultado da classificação de grupos de renda de acordo com esta noção, não ser pobre não classifica pessoas imediatamente na classe média. Existe um grupo, que na verdade representa a maioria na América Latina, que não é pobre, mas que ainda não é de classe média: os vulneráveis.

O que é “médio” sobre ser da classe média: uma perspectiva econômica

A literatura moderna mais conhecida sobre classe média é a da sociologia. Os dois gigantes sobre cujos ombros estamos apoiados são Karl Marx e Max Weber. Weber concebeu classe como indivíduos com “chances de vida” em comum, que determinam suas oportunidades de renda no mercado. A classe média é, então, definida como aqueles indivíduos que possuem habilidades e educação. A tradição marxista via as classes em termos de posições estruturais comuns na organização da produção, em que a estratificação de classe era baseada no conceito de relações de exploração e de propriedade. A classe média é identificada como pequenos empresários e profissionais independentes

que – nas mesmas linhas da visão weberiana – obtêm habilidades, conhecimento ou educação, dependendo apenas de si mesmos e de seus recursos para atingir uma posição econômica mais favorável. John Goldthorpe proporia, mais tarde, uma maneira empírica bem definida de analisar a estratificação social, referindo-se à classe média como aqueles que olham para o futuro e veem a poupança e a educação como essenciais. Uma característica comum é que a classe média está associada à acumulação de capital humano e poupança.

Na economia, entretanto, a classe média é, habitualmente, definida em termos de renda, seja em termos relativos ou absolutos. No primeiro caso, economistas analisam indivíduos em faixas de distribuição da renda da população – por exemplo, em torno da mediana da distribuição de renda.³ Quando são comparadas as classes médias entre países, contudo, estas definições estatísticas são confrontadas com o problema de diferentes rendas medianas em cada país e, portanto, diferentes classes médias. Pode-se empregar uma “definição pura de renda” para mensurar a classe média, simplesmente como certa parcela da distribuição de renda – por exemplo, o quintil médio. O tamanho da classe média será sempre fixo neste caso. Todavia, a relevância destas medidas é que elas permitem que a parcela de renda total apropriada por este grupo seja quantificada.

Definições econômicas absolutas identificam a classe média como aqueles domicílios com renda ou consumo em faixas específicas e comparáveis (por exemplo, paridade do poder de compra, em dólares internacionais). A questão fundamental é, obviamente, como definir um nível tão absoluto. Exemplos conhecidos são os trabalhos de Banerjee e Duflo (2008), que definem a classe média como aqueles domicílios com uma despesa *per capita* de USD2–10 por dia, ou Ravallion (2010), que propôs o conceito da “classe média do mundo em desenvolvimento”, definida como aqueles

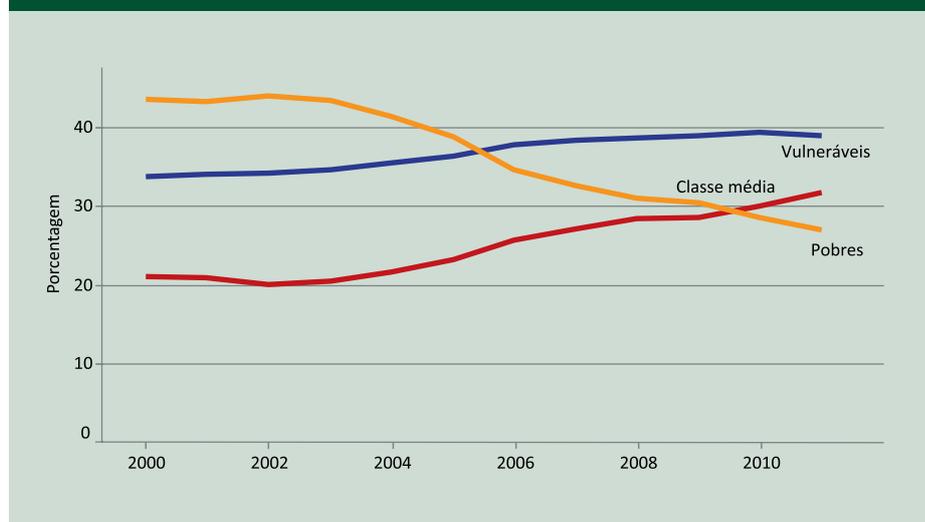
domicílios com consumo *per capita* igual ou acima da mediana da linha de pobreza para 70 países em desenvolvimento (USD2 por dia, por pessoa) e igual ou acima da linha de pobreza nos Estados Unidos (USD13 por dia, por pessoa). Estes trabalhos usam linhas de pobreza como limiares mínimos para definir a classe média, o que exclui qualquer fundamento conceitual relevante.

Idealmente, fixar-se-ia o conceito de classe média a um princípio não arbitrário, com base no bem-estar social, ou a uma característica particular que diferenciase esta situação de outras – tal como a mensuração da pobreza está ligada à situação nutricional. Quando economistas medem a extrema pobreza, esta noção fundamenta-se na definição de uma **funcionalidade** – a saber, “estar protegido da subnutrição”.⁴ A linha de extrema pobreza é definida pela quantidade de renda que assegura tal funcionalidade para todos os indivíduos de um mesmo domicílio. Nestes moldes, Lopez-Calva e Ortiz-Juarez (2012) propõem um limiar com base na renda absoluta para definir a classe média na América Latina, ao explorar a conexão entre renda e vulnerabilidade à pobreza.

A base do conceito é bem direta. Analogamente ao caso da mensuração da extrema pobreza, a “funcionalidade da classe média” aqui se refere a “estar protegido da volta à pobreza”. O conceito proposto define, então, a segurança econômica como a condição que define uma pessoa como pertencente à classe média. Indivíduos que estão acima da linha de pobreza e que têm baixo risco de voltar à pobreza podem ter características – de acordo com sua capacidade de assumir riscos, de tomar decisões de investimento, de padrões de consumo e similares – que difiram das características daqueles indivíduos que estão apenas e somente acima da linha de pobreza.

Além de ancorar o conceito a uma base conceitual sólida, uma caracterização da classe média deve satisfazer as seguintes condições importantes para ser economicamente relevante. Por um lado, tal definição deve definir claramente a direção das mudanças. Para tanto, ela deve ser capaz de estabelecer se existe uma mobilidade ascendente ou descendente com relação a um índice de bem-estar. Por outro lado, uma caracterização útil da classe média deveria ser capaz de fornecer percepções relevantes para a elaboração de políticas públicas.

Gráfico 1
Tendências da Classe Média, Vulneráveis e Pobres na América Latina e no Caribe (2000-2019) (em Porcentagem da População Total)



Fonte: Banco Mundial (2013).

Para tornar este conceito operacional, o método segue três passos:

1. Construir matrizes de transição real para o status de pobreza e mobilidade incluyente e excluyente, para países onde dados de referência estejam disponíveis;
2. Administrar um modelo de probabilidade para chegar ou permanecer na pobreza ao longo do tempo, designando uma probabilidade estimada para cada domicílio, que se torna seu índice de vulnerabilidade, em função de suas características; e
3. Estimar um modelo de renda, usando as mesmas características do passo anterior, para designar uma renda estimada (ou renda potencial) a cada domicílio.

Finalmente, as probabilidades estimadas são mapeadas por renda e um limiar de 10 por cento de probabilidade é definido como o nível abaixo do qual as pessoas **não** estão vulneráveis à pobreza.⁵

A América Latina é uma sociedade de classe média?

Aplicando-se o conceito descrito acima, a pesquisa sugere que ser de classe média na América Latina consiste em viver com **uma renda per capita de USD10–50 por dia, em 2005, em termos de paridade de poder de compra**.⁶ Usando esta abordagem, Ferreira et al. (2012) e o Banco Mundial (2013) analisam a evolução e as características da classe média na América Latina e no Caribe nos últimos 15 anos (veja Gráfico 1).

Em 2011, pela primeira vez, o número de pessoas na classe média excedeu o número de pessoas pobres. Todavia, antes que isso seja comemorado, algumas advertências importantes devem ser consideradas. Ser membro da classe média na região continua a ser, em termos relativos, uma posição privilegiada. As classes pobre e vulnerável compreendem, aproximadamente, dois terços da população da região.

Ademais, não obstante as tendências positivas, a América Latina como região ainda não se tornou uma “sociedade de classe média”. Enquanto uma ampla parcela da população emergiu da pobreza, eles ainda não atingiram a classe média. De fato, a proporção da população que está vulnerável é tão expressiva que chama a atenção para até que grau estes indivíduos estão efetivamente protegidos por políticas públicas de assistência social. Estes domicílios, estando acima da linha de pobreza, não se qualificam para programas de assistência social voltados para domicílios pobres. Ao mesmo tempo, como ainda não chegaram à classe média, podem não estar aptos a se beneficiarem dos instrumentos fiscais destinados para tal classe.

Dados tanto a magnitude dos vulneráveis quanto o alto risco de retornar à pobreza enfrentado por estes domicílios, fica claro que políticas ativas devem continuar a ter um papel importante na agenda da região, com ênfase particular em acumulação de ativos – incluindo capital humano –

Poderia ser que o pragmatismo, ao invés de uma estrutura de valores específica, caracterizasse as classes médias em sua busca pela segurança econômica.

Pode ser que as classes médias – em sua busca pela manutenção da segurança econômica – simplesmente apoiem políticas que as beneficiem, ao mesmo tempo em que se excluem do contrato social e de serviços sociais exigentes em mercados privatizados sempre que podem dar-se ao luxo de fazê-lo.

e geração de renda (inclusão produtiva). A qualidade da provisão de serviços torna-se, portanto, crucial.

A classe média e os valores democráticos

Existem teorias conhecidas que sugerem que as classes médias têm papel estabilizador no sistema social. Uma citação muito usada da *Política*, de Aristóteles, refere-se exatamente a esta função, afirmando que a classe média se encontra entre os ricos e os pobres e os media, estabelecendo assim as fundações para o desenvolvimento democrático. Seguindo esta linha de pensamento, a literatura econômica recente concedeu à classe média o título de “espinha dorsal da democracia”.

Existem diferentes elementos da discussão que ligam as classes médias ao desenvolvimento democrático. Aquele derivado da visão de Aristóteles é de que elas são conservadoras, tendem a evitar mudanças bruscas e rejeitam conflitos. Mas isto não é suficiente para sustentar que as classes médias sejam, necessariamente, boas para a democracia. Uma segunda (e fundamental) questão é se “ser da classe média” é algo diretamente associado à adoção de uma estrutura de valores que conduz ao desenvolvimento político. As classes médias devem, supostamente, criar condições para mudanças sociais, mas mudanças que aconteçam na estrutura institucional existente, respeitando as regras democráticas e abstendo-se de meios violentos.

Alternativamente, poderia ser que o pragmatismo, ao invés de uma estrutura de valores específica, caracterizasse as classes médias em sua busca pela segurança econômica. Lopez-Calva, Rigolini e Torche (2012) observam as associações entre classe média e **valores** utilizando dados da pesquisa Ecosocial. Ao agregar questões sobre valores a categorias como “apoio à democracia”, “justificativa da violência”, “confiança” e “participação política” (ao todo, 11 categorias), os resultados mostram que, apesar de a renda ser importante, não há forte evidência de uma particularidade de classe média. A relação entre renda e orientação política permanece, em sua maioria, uniforme. Os autores encontraram poucas evidências de valores específicos da classe média que fiquem na média entre os valores mais extremos das classes baixas e das altas. Conforme discutido em Ferreira et al. (2012), este pragmatismo pode levar a uma armadilha de contratos sociais fracos

(ou fragmentados). Pode ser que classes médias – em sua busca pela manutenção da segurança econômica – simplesmente apoiem políticas que as beneficiem, ao mesmo tempo em que se excluem do contrato social e de serviços sociais exigentes em mercados privatizados sempre que podem dar-se ao luxo de fazê-lo (alguns exemplos podem ser segurança, educação, saúde ou energia). Tais dinâmicas poderiam enfraquecer o contrato social ainda mais, sem compensações, pela falta de voz dos segmentos mais pobres da população – deixados sozinhos com acesso a serviços públicos de baixa qualidade.

Observações finais

A distribuição de renda na América Latina melhorou na última década. Isto resultou em um movimento impressionante de pessoas saindo da pobreza, o que representa uma tendência positiva. Entretanto, a vulnerabilidade à pobreza permanece uma preocupação importante para a maioria. Este artigo trouxe, como referência, uma nova abordagem econômica à análise da classe média, baseada na noção da vulnerabilidade à pobreza (ou, em termos positivos, segurança econômica). Usando esta definição para classificar grupos econômicos na região, fica claro que, para aqueles na pobreza e para aqueles que ainda não estão seguramente na classe média, políticas sociais vão continuar a exercer um papel importante em um futuro próximo. O fato de que uma proporção tão grande de pessoas que escaparam da pobreza ainda não tenha atingido os níveis da classe média aponta para uma questão central das políticas públicas: quão bem protegidos estão os vulneráveis? De fato, reviravoltas podem resultar de uma mudança inesperada das condições e, mais importante, domicílios específicos podem voltar à pobreza em razão de questões de saúde ou emprego, na ausência de redes de segurança e mercados de seguro e crédito bem desenvolvidos. A maioria das ações de políticas públicas deveria ser focada precisamente em como trazer estes grupos vulneráveis para um estado mais resistente, para que eles possam, eventualmente, atingir os níveis da classe média. Em termos do papel da classe média no fortalecimento do contrato social, a evidência aponta para um potencial círculo vicioso de serviços públicos de baixa qualidade, capacidade fiscal frágil e um processo de fragmentação do contrato social, dado que classes médias

são, em geral, pragmáticas e optarão por excluírem-se do contrato social, caso os serviços não estejam tão bons quanto o esperado. Desta maneira, políticas para reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a classe média, assim como políticas para melhorar a qualidade da provisão de serviços serão fundamentais nos próximos anos, atraindo, assim, as classes médias e criando as dinâmicas positivas mencionadas por Aristóteles há alguns séculos. ■

BASU, K.; LOPEZ-CALVA, L. F. "Functionings and Capabilities" In: ARROW, K. J.; SEN, A. K.; SUZUMURA, K. (Eds.). *Handbook of Social Choice and Welfare*, Edition 1, v. 2, Chapter 16, p.153-187. Elsevier, 2011.

BLACKBURN, M. L.; BLOOM, D. E. "What Is Happening to the Middle Class?"; *American Demographics*, 7(1), p. 18-25, 1985.

BIRDSALL, N.; GRAHAM, C.; PETTINATO, S. "Stuck In The Tunnel: Is Globalization Muddling The Middle Class?"; *Center on Social e Economic Dynamics Working Paper*, n. 14. Washington, D. C.: *Center on Social e Economic Dynamics*, 2000. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/es/dynamics/papers/middleclass/midclass.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CRUCES, G.; BATTISTON, B.; LOPEZ-CALVA, L. F. "Down e Out or Up e In? A Polarization-based Approach to the Definition of the Middle Class"; *Research for Public Policy Working Paper: Inclusive Development*, ID-03-2010, UNDP, Regional Bureau for Latin America and the Caribbean: New York, 2011.

DAVIS, J. C.; HUSTON, J. H. "The Shrinking Middle-Income Class: A Multivariate Analysis"; *Eastern Economic Journal*, 18(3), p. 277-285, 1992.

FERREIRA, F. H. G.; MESSINA, J.; RIGOLINI J.; LOPEZ-CALVA, L. F.; LUGO, M. A.; VAKIS,

R. Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class. Washington, D. C., World Bank, doi: 10.1596/978-0-8213-9634-6, 2013. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11858/9780821396346.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2013.

LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. "A Vulnerability Approach to the Definition of the Middle Class"; *Journal of Economic Inequality*, doi: 10.1007/s10888-012-9240-5, 2012.

LOPEZ-CALVA, L. F.; RIGOLINI, J.; TORCHE, F. "Is There Such Thing as Middle Class Values?: Evidence from Latin American Ecosocial Survey" *Policy Research Working Paper* n. 5874, The World Bank. 2011.

RAVAILLON, M. "The Developing World's Bulging (but Vulnerable) Middle Class," *World Development*, Elsevier, vol. 38(4), pages 445-454, April, 2010.

A Nova Classe Média Brasileira e o Lado Brilhante dos Pobres

por Marcelo Neri, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹

A "nova classe média" foi o apelido conferido à classe econômica C no Brasil quando o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/FGV) começou a monitorar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, C, D e E). Nesse caso, A é considerada a classe mais abastada e E a mais pobre. Anteriormente, era considerado pejorativo referir-se a alguém como pertencente à classe C, uma vez que isso implicava que tal pessoa estaria em uma situação muito inferior àquela das classes A e B, por exemplo.

O termo "nova classe média" também se diferencia, em sua essência, do termo "nouveau riche", ocasionalmente utilizado para fazer referência a esta classe social, mas que é, fundamentalmente, uma forma de discriminação contra a origem das pessoas.

A "nova classe média" evoca sentimentos positivos acerca de pessoas que alcançaram e continuam alcançando avanços socioeconômicos e que também conquistaram um novo padrão de vida. Mais importante do que o local de onde uma pessoa vem – ou se encontra – é aonde ela planeja ir. Os membros da nova

classe média não são definidos com base em seus bens, mas sim em sua vontade (determinação), seu caráter e nas decisões relativas a seu futuro. Não se trata apenas de um aumento em sua capacidade de consumir ou da propensão ao consumo.

O que de fato caracteriza a nova classe média brasileira é sua capacidade produtiva. A nova classe média luta para construir seu futuro sobre alicerces sólidos, capazes de sustentar seu novo padrão de vida – não somente como uma nova classe consumidora, mas, sobretudo, como indivíduos plenamente (formalmente) empregados, cujo aumento de renda foi viabilizado por meio de salários mais altos.

É importante ressaltar, contudo, que esse crescimento não ocorreu em razão de seu empreendedorismo, mas sim por meio de canais de emprego formal.

Há uma deficiência crônica nas políticas públicas que apoiam as atividades produtivas no Brasil, envolvendo desde cursos de capacitação profissional até crédito produtivo popular. O principal instrumento para desencadear o potencial

Os membros da nova classe média não são definidos com base em seus bens, mas sim em sua vontade (determinação), seu caráter e nas decisões relativas a seu futuro.

A "nova classe média" evoca sentimentos positivos acerca de pessoas que alcançaram e continuam alcançando avanços socioeconômicos e que também conquistaram um novo padrão de vida.

1. Ministro da SAE, Presidente do Ipea e Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV).

Este artigo é baseado em NERI (2011).

2. Essa expressão foi criada na década de 1970 por Edmar Bacha, um economista brasileiro, para ilustrar as desigualdades e a polarização existentes no Brasil, que o fariam se assemelhar em parte à Bélgica e em parte à Índia.

3. Outra abordagem utiliza dados longitudinais para detalhar a dinâmica da renda individual no que se refere a choques.

produtivo dos trabalhadores brasileiros seria a educação regular que, apesar de ainda apresentar índices baixos, já melhorou em quantidade, qualidade (54º lugar entre 67 países que aplicam o Programa Internacional de Avaliação de Alunos- Pisa, mas entre os cinco primeiros com o maior nível de crescimento) e prioridade tanto para a população em geral (subindo do sétimo para o segundo lugar na lista de preocupações dos brasileiros) como para as elites.

Mensuração

Heuristicamente, podemos pegar emprestada a ideia de *Belíndia*,² um país fictício formado por uma fusão entre a Bélgica e a Índia, para melhor ilustrar a localização da nova classe média (Classe C). Este país seria delimitado por suas fronteiras com a Índia (as classes econômicas mais pobres: E e D) e com a Bélgica (classes econômicas mais ricas: A e B).

O foco desta análise é o fluxo migratório entre esses dois lados do Brasil. Nesse sentido, essa classe média é, de fato, a classe média ou mediana, em termos estatísticos. Portanto, a “nova classe média” é composta, inicialmente, por aqueles que se posicionam acima da metade mais pobre em termos de distribuição de renda e um pouco abaixo dos 10 por cento mais ricos após a virada do século.

Essa definição de classes econômicas é resultado de uma matriz de escolhas que minimiza a desigualdade de renda, medida com base no índice de Theil-T entre os grupos. Essa ideia é consistente com a abordagem de polarização proposta por Esteban, Gradín e Ray (2007), que endogenamente cria as faixas econômicas com base na distribuição de renda que ocorre na prática.

Os pontos de corte escolhidos são aqueles mais adequados para fazer a distinção entre os segmentos, de forma a minimizar diferenças internas entre grupos de renda e, conseqüentemente, maximizar as diferenciações entre esses grupos.

Conforme Esteban et al., as faixas de renda são calculadas para três segmentos, de modo a maximizar o critério de polarização estendida adotado. Os pontos de corte referentes à renda das diferentes classes econômicas são calculados para um ano específico, e os valores reais permanecem constantes para permitir a mensuração das mudanças absolutas no tamanho de cada classe. O objetivo é capturar o número

de pessoas que migram de uma classe econômica para outra ao longo do tempo.

O fato de uma família possuir dois carros ou dois cães não é o conceito de classe média abordado neste trabalho.

Caso aplicássemos a definição de classe média americana, com base na distribuição convertida para o custo de vida brasileiro, faixas de renda muito mais elevadas seriam consideradas relevantes.

A distribuição de renda no Brasil é bem próxima à distribuição de renda mundial. O PIB *per capita* brasileiro (em paridade de poder de compra) equivale a 91 por cento da média global e o Índice de Gini brasileiro também se aproxima do padrão mundial.

Como resultado das semelhanças entre a distribuição de renda no Brasil e no resto do mundo, a busca por uma classe média brasileira com base na renda também permite que comecemos a explorar a ideia de uma classe média mundial.

A nova classe média constrói seu futuro em alicerces sólidos que suportam os padrões de vida recém-adquiridos. Isso é o que pode ser considerado o lado brilhante dos pobres.

Entre 2003 e 2011, 40 milhões de pessoas (o equivalente à população da Argentina) adentraram a classe média no Brasil. As cidades do sul do Brasil têm o maior número relativo de integrantes das classes A, B e C. Niterói é a cidade com o maior percentual de membros das classes A e B.

Esses recém-chegados a estas duas classes – ou seja, pessoas que ascenderam à elite – irão chamar a atenção nos próximos anos, assim como vem acontecendo com a nova classe média ultimamente.

Uma perspectiva da nova classe média formada de acordo com a renda é apenas o começo. Além de um enfoque subjetivo capaz de mensurar as expectativas e as atitudes das pessoas, também é importante adotar uma abordagem estrutural que leve em consideração o papel desempenhado pelos recursos humanos, físicos e sociais. Em todos os casos, a renda é a escolha de numerário e tem um papel preponderante

no que se refere à maneira como todas as dimensões são analisadas e projetadas.

A abordagem da renda permanente é aplicada ao convertermos estoques de ativos em fluxos de renda. A dicotomia da renda atual *versus* a renda permanente permite a avaliação dos aspectos relativos à sustentabilidade da distribuição de renda. Após classificarmos as pessoas em classes econômicas, é necessário incorporar diferentes percepções, atitudes e expectativas na análise.

Consumidores versus produtores

Relações concretas entre fluxos de renda e estoques de ativos foram abertas em duas grandes frentes: dos produtores e dos consumidores. A parte relativa aos produtores fundamenta-se na dinâmica do mercado de trabalho – ou seja, emprego, inclusive o empreendedorismo. O outro lado tem fundamentação na literatura sobre consumo e poupança.

Traduzimos a riqueza dos dados coletados nas pesquisas de amostragem domiciliar sobre a propriedade de ativos, agrupados conforme duas perspectivas – consumidores e produtores. Essa análise sugere que a capacidade de geração de renda dos brasileiros cresceu 31,2 por cento, de 2003 a 2009 – 38 por cento mais rápido do que seu potencial de consumo, que aumentou 22,59 por cento nesse mesmo período, de acordo com índices projetados para avaliar tais indicadores.

Também é possível investigar a importância das diferentes fontes de renda para a melhoria dos indicadores sociais no país. Entre 2003 e 2009, houve um aumento significativo na renda média obtida pelos brasileiros por meio de programas sociais e pensões vinculadas ao salário mínimo.

Nesse período, o salário médio cresceu 4,61 por cento ao ano, o que se assemelha ao crescimento de 4,72 por cento ao ano da renda média total.

No que se refere à contribuição para o aumento da renda média total, os salários foram responsáveis por 75,3 por cento desse crescimento, uma vez que correspondem a 76 por cento da renda média dos brasileiros. Isso permite a manutenção de certa qualidade de vida, incluindo ainda as transferências relativas à assistência/seguridade social.³ A nova classe média constrói seu futuro em alicerces

sólidos que suportam os padrões de vida recém-adquiridos. Isso é o que pode ser considerado o lado brilhante dos pobres.

A crença brasileira de que a vida irá melhorar ajuda a explicar aquilo que os bancos de dados e as visitas de campo demonstraram sobre as novas classes emergentes.

De acordo com as pesquisas do Gallup World, o Brasil figurou em primeiro lugar na lista de nações com o mais alto nível de satisfação de vida futura por sete vezes seguidas. Mais que o ouro, as florestas e a madeira, que conferiram ao país suas cores nacionais e seu nome, a maior riqueza nacional é o brilho refletido nos olhos da população brasileira. ■

ESTEBAN, J.; GRADÍN, C.; RAY, D.

“An extension of a measure of polarization with an application to the income distribution of five OECD countries”, *The Journal of Economic Inequality*, v. 5, n. 1, April, 2007.

NERI, M. A Nova Classe Média: O Lado

Brilhante da base da Pirâmide. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

Expansão da Classe Média e Etapas do Processo de Transformação da Distribuição de Renda

por Ricardo Paes de Barros e Diana Grosner, Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)

Encontrar formas para documentar a evolução de distribuições de renda tem representado um desafio permanente. Nesta nota apresentamos uma alternativa que se baseia na divisão da população em três classes – Baixa, Média e Alta –, seguida do acompanhamento do tamanho relativo dessas classes. Conforme procuramos ilustrar, esta é uma forma particularmente sintética e elucidativa para se acompanhar, descrever e compreender a evolução de uma distribuição de renda.

Estas três classes podem estar ordenadas de seis formas segundo seu tamanho.¹ Além disso, considerando que, em cada um dos casos, a maior das classes pode ou não deter a maioria absoluta (isto é, mais de 50% da população), há – em razão do tamanho relativo das três classes que a constituem – uma distribuição de renda que pode se encontrar em 12 estados distintos. Veja os Estados I a XII no Diagrama 1. São atribuídas as letras B, M e A aos tamanhos, respectivamente, das classes Baixa, Média e Alta.

Esta abordagem é particularmente útil para descrever o processo de transição de uma sociedade pobre, na qual todos pertencem à Classe Baixa ($B = 100\%$), para uma sociedade rica, em que todos pertencem à Classe Alta ($A = 100\%$). Em princípio, os 12 estados poderiam ser visitados nessa transição. No entanto, via de regra, enquanto a maior das classes é a Baixa, a Classe Alta nunca é maior que a Classe Média. Isto é, raramente

ocorre a situação em que $M < A < B$, Estados XI e XII no Diagrama 1. Da mesma forma, a Classe Baixa tende a nunca ser maior que a Média enquanto a maior delas é a Alta. Isto é, raramente $M < B < A$, Estados IX e X no Diagrama 1. Por esse motivo, ao transitar da situação em que todos pertencem à Classe Baixa para uma em que todos passam a pertencer à Classe Alta, tipicamente uma sociedade passa por apenas oito dos doze estados possíveis (veja Diagrama 2).

Estado I: Em uma sociedade inicialmente muito pobre, a maioria da população pertence à Classe Baixa, com uma pequena parcela na Classe Média e uma parcela ainda menor na Classe Alta. Nesse caso, temos que $B > 50\%$ e $A < M < B$ (veja Diagramas 1 e 2).

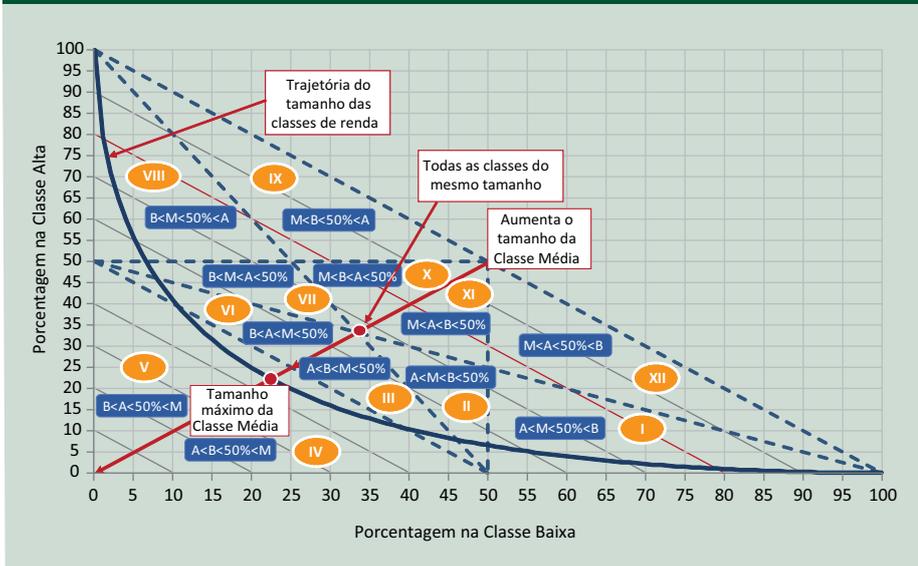
Estado II: Na medida em que a renda da sociedade cresce, a Classe Baixa fica menor e a Classe Alta, maior. Já o tamanho da Classe Média dependerá de quantas pessoas nela entraram e dela saíram. Quando entram mais pessoas na Classe Média do que saem, há redução no tamanho da Classe Baixa mais intensa que a expansão da Classe Alta. Esse processo segue, então, com redução no tamanho da Classe Baixa até que ela não concentre mais a grande maioria da população. De fato, o ponto final da segunda etapa é aquele em que nenhuma das classes detém a maioria da população (mais de 50%), mas a Classe Baixa continua a ser a maior e a Classe Alta, a menor. Nesse caso, continuamos a ter $A < M < B$, mas agora $B < 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

(...) em algum momento, o tamanho da Classe Média alcança um máximo.

(...) o acompanhamento da evolução do tamanho relativo das classes de renda é um importante instrumento para descrever, monitorar e compreender a trajetória da distribuição de renda.

1. Afinal, existem três opções candidatas à maior entre as classes e, uma vez definida a maior, existem duas opções para a menor, restando, então, uma única alternativa para a classe de tamanho intermediário.

Diagrama 1
Evolução da Distribuição por Classes de Renda



Fonte: Elaboração própria.

Estado III: Com mais uma rodada de crescimento econômico, prossegue a redução da Classe Baixa e a expansão da Classe Média. Na terceira etapa, tantas pessoas migram da Classe Baixa para a Média que o tamanho da Classe Média ultrapassa o da Classe Baixa.

A Classe Baixa permanece maior que a Alta e, embora a Classe Média tenha se transformado na maior entre as três, ainda não concentra a maioria da população. Nesse caso, $A < B < M$, mas $M < 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

Estado IV: O processo de crescimento continua, levando mais pessoas da Classe Baixa para a Média até que a maioria absoluta da população passe, finalmente, a pertencer à Classe Média. Em virtude da expansão acumulada da Classe Média em todas as fases anteriores, a maioria da população passa a pertencer a esta classe. Nesta etapa, como em todas as anteriores, a Classe Alta continua a crescer, permanecendo, no entanto, como a menor das três classes. Nesse caso, continuamos a ter $A < B < M$, mas agora $M > 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

Estado V: Nesta etapa começam a ganhar destaque os movimentos na ponta superior da distribuição de renda. Na medida em que o processo de crescimento continua a reduzir a Classe Baixa e expandir a Classe Alta, pela primeira vez a Classe Alta passa a ser maior que a Classe Baixa. Nesta etapa, a Classe Média detém a maioria da população ($M > 50\%$), e a Classe Baixa passa a ser a menor das três classes.

Qualquer novo crescimento deste ponto em diante traz um aumento da classe alta em extensão maior que a redução da Classe Baixa. Isso significa que haveria mais pessoas saindo do que entrando na Classe Média, o que marca o início da contração da Classe Média. Nesse caso, passamos a ter $B < A < M$, mas continuamos a ter $M > 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

Estado VI: A contração da Classe Média leva a que esta não represente mais a maioria absoluta da população. Neste momento, a menor das classes continua a ser a Baixa e a Classe Alta tem tamanho intermediário. Nesse caso, continuamos a ter $B < A < M$, mas agora $M < 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

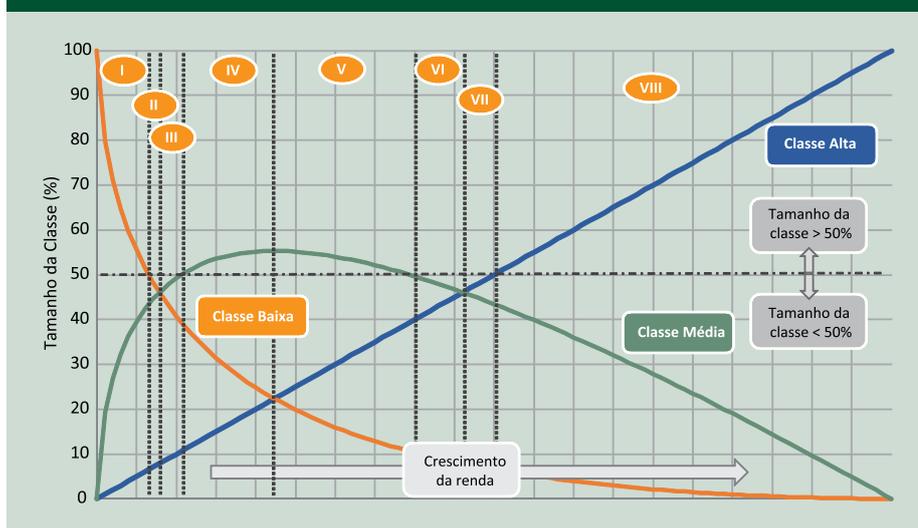
Estado VII: Caso o processo de crescimento prossiga, o declínio da Classe Média, acompanhado da contínua expansão da Classe Alta leva a que a Classe Alta passe a ser a maior das três classes, sem, contudo, deter a maioria absoluta da população. Nesse caso, passamos a ter $B < M < A$ e $A < 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

Estado VIII: Por fim, a contínua expansão da Classe Alta com retração das Classes Média e Baixa leva a uma configuração em que a maioria da população passa a fazer parte da Classe Alta. Nesse caso, continuamos a ter $B < M < A$, mas agora $A > 50\%$ (veja Diagramas 1 e 2).

Conforme ressaltado, ao longo do processo de contínuo crescimento, a Classe Baixa sempre se contrai e a Alta sempre se expande. A evolução do tamanho da Classe Média, porém, depende da magnitude relativa desses dois fenômenos.

Como a Classe Média é alimentada por contrações na Classe Baixa e alimenta a expansão da Alta, a Classe Média irá expandir (contrair) sempre que a contração da Classe Baixa for maior (menor) que a expansão da Classe Alta. Via de regra, a variação no tamanho de uma classe está relacionada a seu tamanho.

Diagrama 2
Evolução do Tamanho das Classes de Renda em um Processo de Crescimento Contínuo



Fonte: Elaboração própria.

Assim, expansões na Classe Alta tendem a superar reduções na Baixa apenas quando a Classe Alta passa a ser maior que a Classe Baixa. Em outras palavras, a Classe Média tende a crescer quando $B > A$ e decrescer caso contrário ($A > B$).

Dessa argumentação, segue que em algum momento o tamanho da Classe Média alcança um máximo. No Diagrama 2, isso ocorre exatamente na passagem do Estado IV para o V. O tamanho da Classe Média, nesse momento, depende do grau de desigualdade. Em uma sociedade com baixa desigualdade existirá pouca convivência de ricos e pobres. Dessa forma, nunca deveremos encontrar uma

situação em que as Classes Baixa e Alta têm, concomitantemente, tamanhos significativos. Quando a desigualdade é baixa, a Classe Alta começa a expandir apenas quando a Classe Baixa praticamente já não existe mais.

Quando o grau de desigualdade é alto, no entanto, a Classe Alta começa a se expandir mesmo na existência de uma Classe Baixa expressiva. O resultado final é que quando a renda é mediana a sociedade desigual deve, por um lado, ainda deter uma Classe Baixa de tamanho significativo e, por outro lado, uma Classe Alta também significativa. Daí segue que, na presença de alta desigualdade, mesmo sociedades

ou grupos com renda mediana podem ter uma Classe Média que não supera a metade da população. De fato, em uma sociedade em que a desigualdade é muito elevada, a Classe Média pode nunca vir a deter a maioria absoluta da população.

Em suma, conforme procuramos ilustrar, o acompanhamento da evolução do tamanho relativo das classes de renda é um importante instrumento para descrever, monitorar e compreender a trajetória da distribuição de renda. Além disso, vimos que, em um processo de crescimento da renda contínuo, ao contrário do que muitos poderiam esperar, a Classe Média não cresce indefinidamente. ■

Sobre as Classes Sociais: Uma Nova Classe Trabalhadora Brasileira

por Marilena Chauí,
Universidade de São Paulo (USP)¹

Surpresas

Alguém que, nos anos 1950-1960, conhecesse as terríveis condições de vida e de trabalho das classes populares brasileiras e, naquela época, tivesse viajado pela Europa, costumava ser surpreendido. Via operários dirigindo pequenos carros, saindo de férias com a família, fazendo compras em lojas de departamento populares, enviando os filhos a creches públicas e, quando maiores, à escola pública de primeiro e segundo graus, às escolas técnicas e mesmo às universidades. Também era possível perceber que os trabalhadores e suas famílias tinham direito a hospitais públicos e medicamentos gratuitos e, evidentemente, possuíam casa própria.

Era a Europa do período fordista do capitalismo industrial, portanto da linha de montagem e fabricação em série de produtos cujo custo barateado permitia o consumo de massa. Mas era, sobretudo, a Europa da economia keynesiana, quando as lutas anteriores dos trabalhadores organizados haviam resultado na eleição de governantes de centro ou de esquerda e no surgimento do Estado do Bem-Estar Social, no qual uma parte considerável do fundo público era destinada aos direitos sociais, reivindicados e, agora, conquistados

pelos lutas dos trabalhadores. Entretanto, não passaria pela cabeça de ninguém dizer que os trabalhadores europeus tinham alcançado um novo *status*: a classe média. Curiosamente, é o que se diz hoje dos trabalhadores brasileiros após dez anos de políticas contrárias ao neoliberalismo.

Uma nova classe trabalhadora brasileira

Com base nas referências elencadas no fim deste artigo, estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza; à política econômica de pleno emprego e elevação do salário-mínimo; à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares, à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável; e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos.

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, costuma-se organizar a sociedade em uma pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando

(...) houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira (...)

O crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência.

1. Professora Titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas das Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Texto originalmente publicado no livro "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma" (Boitempo/ Flacso Brasil- 2013).

como critério a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; no topo da pirâmide, houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões; contudo, a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Esta expansão tem levado à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, de que teria surgido uma nova classe média no país.

Sabemos, entretanto, que há outra maneira de analisar a divisão social das classes, tomando como critério a forma da propriedade. No modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção; a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é proprietária da força de trabalho.

Marx falava em pequena burguesia para indicar uma classe social que não se situava nos dois polos da divisão social constituinte do modo de produção capitalista. Em uma palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital e dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal e empresarial, na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio.

Se abandonarmos a descrição sociológica, se ficarmos com a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista (ainda que adotemos a expressão “classe média”), se considerarmos as pesquisas que mencionamos ao iniciar este texto e os números – apresentados por elas – relativos à diminuição e ao aumento do contingente nas três classes sociais, poderemos chegar a algumas conclusões:

1. Os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais e econômicos indicam que o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora, cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas.

2. O critério dos serviços como definidor da classe média não se mantém na forma atual do capitalismo por dois motivos:

a) com a desativação desse modelo da produção, houve a terceirização de serviços que, entretanto, estão articulados à produção industrial e constituem um ramo dela;

b) o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência.

3. O critério da profissão liberal também tornou-se problemático para definir a classe média, uma vez que a nova forma do capital levou à formação de empresas de saúde, advocacia, educação, comunicação, alimentação etc., de maneira que seus componentes se dividem entre proprietários privados e assalariados e estes devem ser colocados na classe trabalhadora.

4. A figura da pequena propriedade familiar também não é critério para definir a classe média porque a economia neoliberal, ao desmontar o modelo fordista, fragmentar e terceirizar o trabalho produtivo em milhares de microempresas dependentes do capital transnacional, transformou esses pequenos empresários em força produtiva que, juntamente com os prestadores individuais de serviços, é dirigida e dominada pelos oligopólios multinacionais.

Restaram, portanto, as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária e o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais como espaços para alocar a classe média. No Brasil, esta se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, também cresceu e prosperou.

Assim, se retornarmos ao exemplo do viajante brasileiro na Europa dos anos 1950-1960, diremos que a nova classe trabalhadora brasileira começa, finalmente, a ter acesso aos direitos sociais e a se tornar participante ativa do consumo de massa. Imediatamente passou-se a afirmar que

surgiu uma nova classe média, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida que uma classe trabalhadora protagonista social e política.

Ao mesmo tempo, entretanto, quando dizemos que se trata de uma nova classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas, mas também em elementos trazidos pelo neoliberalismo. Dessa nova classe trabalhadora pouco se sabe até o momento.

Classe média: como desatar o nó?

Uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes.

A classe social é uma *práxis*, ou como escreveu o historiador da classe operária inglesa, E. P. Thompson, um fazer-se histórico. Ora, se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, e o primeiro sinal desse risco é justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é também por isso que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância.

Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político. Isso a coloca em uma posição que a define menos por sua posição econômica e muito mais por *seu lugar ideológico*, e este tende a ser contraditório.

Por sua posição no sistema social, a classe média tende a ser fragmentada, raramente encontrando um interesse comum que a unifique. Todavia, certos setores tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo. No entanto, essa configuração é contrabalançada por outra, exatamente oposta.

Desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo

é tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é o de *assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante*.

Cabe ainda particularizar a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade em questão. De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos.

As diferenças e as assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando obediência, e as desigualdades são naturalizadas. A divisão social das classes é sobre determinada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante), polarização acentuada e reforçada pela adoção da economia neoliberal. Visto que uma carência é sempre particular, ela se distingue do interesse, que pode ser comum, e do direito, que é sempre universal.

Visto que o privilégio é sempre particular, não pode unificar-se em um interesse comum e jamais pode transformar-se em um direito, pois, nesse caso, deixaria de ser privilégio. Compreende-se, portanto, a dificuldade para instituir a democracia, que se define pela criação de novos direitos pela sociedade e sua garantia pelo Estado.

Parte constitutiva da sociedade brasileira, a classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e a valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço pela astúcia para operar com os procedimentos do mercado.

Ora, por mais que, no Brasil, as políticas econômicas e sociais tenham avançado em direção à democracia, as condições impostas pela economia neoliberal determinaram a difusão por toda a sociedade da ideologia da competência

e da racionalidade do mercado como competição e promessa de sucesso. Visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior desse momento do capitalismo, marcado pela fragmentação e dispersão do trabalho produtivo, de terceirização, precariedade e informalidade do trabalho, percebido como prestação de serviço de indivíduos independentes que se relacionam com outros indivíduos independentes na esfera do mercado de bens e serviços, ela se torna propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. E ela própria tende a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.

Essa crença é reforçada pela entrada da nova classe trabalhadora no consumo de massa.

Do ponto de vista simbólico, a classe média substitui a falta de poder econômico e de poder político, que a definem, seja pela guinada ao voluntarismo de esquerda, seja, à direita, pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como, por exemplo, os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social – a casa no “bairro nobre” com quatro suítes, o carro importado, a roupa de marca, etc.

Em outras palavras, o consumo lhe aparece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele.

Se, pelas condições atuais de sua formação, a nova classe trabalhadora brasileira está cercada por todos os lados pelos valores e símbolos neoliberais difundidos pela classe média, como desatar esse nó?

Para finalizar

Se a política democrática corresponde a uma *sociedade democrática* e se no Brasil a sociedade é autoritária, hierárquica, vertical, oligárquica, polarizada entre a carência e o privilégio, só será possível dar continuidade a uma política democrática enfrentando essa estrutura social. A ideia de inclusão social não é suficiente para derrubar essa polarização. Esta só pode ser enfrentada se o privilégio for enfrentado, e este só será enfrentado por meio de quatro grandes ações políticas: a reforma tributária, que opere sobre a vergonhosa concentração da

Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político. Isso a coloca em uma posição que a define menos por sua posição econômica e muito mais por seu lugar ideológico, e este tende a ser contraditório.

(...) seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança.

renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; a reforma política, que dê uma dimensão republicana às instituições públicas; a reforma social, que consolide o Estado do Bem-Estar Social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média.

Mas a ação do Estado só pode ir até esse ponto. O restante para construção de uma sociedade democrática só pode ser a práxis da classe trabalhadora e, por isso,

é fundamental que ela própria, como já o fez tantas outras vezes na história e tão claramente no Brasil, nos anos 1970-1990, encontre, em meio às adversidades impostas pelo modo de produção capitalista, caminhos novos de organização, crie suas formas de luta e de expressão autônoma, seja o sujeito de seu fazer.

■
BOLETIM DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas. 2012.

_____. **Comissão para a definição da classe média no Brasil. 2012.**

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Indicadores da

Equidade do Sistema Tributário Nacional. Relatório de Observação, n. 1, 2009.

_____. **Indicadores de Iniquidade no Sistema Tributário Nacional. Relatório de Observação, n. 2, 2011.**

SADER, E. (Org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé de. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.

_____. **Batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.**

“Nova Classe Média” ou “Nova Classe Trabalhadora”? Quem são os “Batalhadores” Brasileiros?

por Jessé Souza, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)¹

O núcleo dessa construção padece de todas as limitações do “economicismo”, o qual apenas considera o “capital econômico”, acreditando, com isso, descrever e compreender a realidade social em sua inteireza. Nada mais enganoso.

[É o aprendizado fundamental do capital cultural], e não o capital econômico considerado de modo unilateral, a base da construção diferencial de indivíduos pela socialização familiar específica a cada classe social.

O fenômeno social mais importante do Brasil nas últimas décadas foi nomeado, erroneamente, tanto pela academia quanto pela mídia, de “nova classe média”. Para isso tomou-se simplesmente o “rendimento médio” como indicador daquilo que se chama de classe C ou de “nova classe média”.

O núcleo dessa construção padece de todas as limitações do “economicismo”, o qual apenas considera o “capital econômico”, acreditando, com isso, descrever e compreender a realidade social em sua inteireza. Nada mais enganoso.

Onde reside o engano e a superficialidade das análises que se concentram apenas no aspecto econômico? Reside, antes de tudo, no desconhecimento de que o capitalismo, para sua reprodução, precisa tanto de capital econômico quanto de “conhecimento”, sem o qual é impossível se pensar na reprodução de qualquer função no mercado e no Estado.

O tipo de capital necessário à incorporação de conhecimento foi chamado por Pierre Bourdieu de “capital cultural”. Ao contrário do capital econômico, o capital cultural precisa ser – na sua dimensão principal,

que não é apenas aquela objetivada em títulos escolares – “in-corporado”, ou seja, literalmente “tornado corpo”, reflexo automático e conjunto de disposições psíquicas, emocionais e cognitivas para o comportamento.

Deste modo, é realizado em tenra idade, no interior dos lares e não necessariamente mediado pela palavra, mas por estímulos afetivos e exemplos dos pais ou outros significativos, esse aprendizado fundamental, que é “invisível” e naturalizado.

Contudo, é ele, e não o capital econômico considerado de modo unilateral, a base da construção diferencial de indivíduos pela socialização familiar específica a cada classe social.

Assim, sem um estudo da “socialização anterior” que explique a incorporação de certo tipo específico de capital cultural, tem-se de, necessariamente, pressupor que todos são “iguais”, um “*homo economicus*” que reage sempre do mesmo modo, um “sujeito genérico” – o sujeito típico do liberalismo clássico – sem passado, sem socialização prévia e, portanto, sem classe.

1. Professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Diretor do Centro de Pesquisas sobre Desigualdade (CEPEDES).

O economicismo, portanto, é conservador politicamente e superficial cientificamente, posto que encobre todo o processo social que produz indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social.

Em Souza et al. (2010), ao estudarmos empiricamente a classe social que denominamos “batalhadores” nas diversas regiões brasileiras por dezoito meses, entre 2008 e 2009, chegamos à conclusão de que se tratava, na verdade, de uma “nova classe trabalhadora precária”.

No contexto social brasileiro contemporâneo, esta seria uma classe intermédia entre uma classe “acima” dela; a “verdadeira classe média”, que é, em todo lugar uma classe do privilégio; e, de outra classe “abaixo” dela, a dos “excluídos sociais”, a qual chamamos provocativamente de “ralé brasileira” em outro estudo empírico (SOUZA et al., 2009) com o objetivo de chamar atenção para seu abandono. O real lugar social desta classe pode ser, portanto, melhor compreendido por comparação com seus limites “acima” e “abaixo”.

A “nova classe trabalhadora precária” não é classe média verdadeira posto que não possui acesso privilegiado a um recurso escasso de extrema importância: o capital cultural altamente valorizado nas suas mais diversas formas.

Seja sob a forma de capital cultural “técnico” formada, por exemplo, pelo exército de advogados, engenheiros, administradores e economistas, seja pelo capital cultural “literário” dos professores, jornalistas e publicitários, este tipo de conhecimento é fundamental para a reprodução e a legitimação tanto do mercado quanto do Estado.

Consequentemente, tanto a remuneração quanto o prestígio social atrelado a este tipo de trabalho – e da condução de vida que ele proporciona – são é consideráveis.

A vida dos “batalhadores” é completamente outra. Ela é marcada pela ausência dos “privilégios de nascimento”, que caracterizam as classes médias e altas. E, quando se fala de “privilégios de nascimento”, não se está falando apenas do dinheiro transmitido por herança de sangue nas classes altas.

Esses privilégios envolvem também o recurso mais valioso das classes médias,

que é o “tempo”. Afinal, é necessário muito tempo livre para incorporar qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso.

Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade.

Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias, quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de superexploração da mão de obra.

Essa é uma condução de vida típica das classes trabalhadoras, daí nossa hipótese de trabalho desenvolvida em Souza (2010), obra que nega e critica o conceito de “nova classe média”.

A principal diferença em relação aos excluídos e abandonados sociais, por sua vez, é a constituição de uma “ética articulada do trabalho duro”.

Afinal, não basta “querer” trabalhar em qualquer área da vida. É necessário também “poder” trabalhar, ou seja, se ter logrado “incorporar” (literalmente tornar “corpo”, de modo pré-reflexivo e automático) os pressupostos emocionais e morais do trabalho produtivo no mercado competitivo.

O capitalismo atual pressupõe crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como “porta de entrada” em qualquer de seus setores competitivos.

Como esses pressupostos faltam por diversos motivos à “ralé”, ela é condenada aos trabalhos braçais ou com mínimo de conhecimento, servindo, portanto, de mão de obra barata para qualquer serviço duro, desvalorizado e pesado.

Este não é o horizonte dos “batalhadores”. Ainda que vindos de famílias pobres, estas são comparativamente mais bem estruturadas que as dos abandonados sociais, com os papéis de pais e filhos reciprocamente compreendidos, com exemplos concretos de perseverança na família e estímulo consequente para o estudo e para o trabalho.

Esse tipo de socialização familiar de classe possibilita a incorporação efetiva de

Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade.

disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo que sempre estão pressupostos tanto em qualquer processo de aprendizado na escola quanto em qualquer trabalho produtivo no mercado competitivo. Sem disciplina e autocontrole, é impossível, por exemplo, se “concentrar” na escola. Assim, os membros da “ralé”, que analisamos de acordo com Souza et al. (2010) sobre essa classe, diziam repetidamente que “fitavam” o quadro-negro por horas sem aprender.

Essa “virtude” não é natural, como pensa o senso comum economicista, que torna a socialização de classe invisível e universaliza indevidamente às outras classes as virtudes e privilégios da classe média para depois culpar a vítima do abandono social, como se a miséria e o abandono fossem uma escolha. Por outro lado, sem pensamento prospectivo – ou seja, a visão de que o futuro é mais importante que o presente – não existe sequer a possibilidade de condução racional da vida pela impossibilidade de cálculo e de planejamento e pela prisão no aqui e agora.

No caso dos “batalhadores”, a incorporação dessa economia emocional e moral mínima é duramente conquistada, às vezes no horizonte do aprendizado familiar, às vezes, tardiamente, nas mais diversas formas de socialização religiosa. Deste modo, ainda que falte a essa classe o acesso às formas mais valorizadas de capital cultural – monopólio das “verdadeiras” classes médias – não lhes falta força de vontade, perseverança e confiança no futuro, apesar de todas as dificuldades.

Em um contexto minimamente favorável, como o que vivemos até agora, esse exército de batalhadores se mostra, então, disponível e atento à menor possibilidade de trabalho rentável e de melhoria das condições de vida por meio, por exemplo, do consumo de bens duráveis que antes lhes eram inatingíveis. ■

SOUZA, Jessé et al. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? UFMG, 2010.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive. UFMG, 2009.**

Classe Média e Vulnerabilidade a Flutuações Econômicas

por Miguel Foguel, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Rudi Rocha, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)

(...) faremos uso de uma definição de classe média baseada no conceito de vulnerabilidade, [que] tem sido amplamente empregado na literatura (...) e é baseado na ideia de que pertencer à classe média envolve algum grau de segurança ou estabilidade econômica.

1. Deve-se mencionar que, como já referido na descrição metodológica, essas estimativas dizem respeito à probabilidade de se ter renda *per capita* superior ao ponto de corte mais baixo de R\$271. Portanto, estritamente, elas medem a probabilidade de se estar na classe média ou na classe alta.

Ao longo da última década, observaram-se, na América Latina, expressivas reduções nos níveis de desigualdade e pobreza, assim como uma expansão significativa da classe média (LOPEZ-CALVA; LUSTIG, 2010; FERREIRA et al., 2013).

Essas mudanças têm suscitado uma série de novas questões sobre pobreza, desigualdade e desenvolvimento na região. Em particular, sob o ponto de vista de implicações para políticas públicas, é fundamental compreendermos em que medida estas mudanças são sustentáveis ou, alternativamente, são suscetíveis à reversão em caso de choques econômicos adversos.

Este artigo tem como objetivo investigar em que medida flutuações econômicas idiossincráticas afetam o tamanho da classe média no Brasil. Mais especificamente,

testaremos em que medida a probabilidade de uma família transitar entre classe média e pobreza é afetada por variações da atividade econômica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

Para isso, faremos uso de uma definição de classe média baseada no conceito de vulnerabilidade. Esse conceito tem sido amplamente empregado na literatura (e.g., LOPEZ-CALVA; ORTIZ-JUAREZ, 2011; SAE, 2012; FERREIRA et al., 2013) e é baseado na ideia de que pertencer à classe média envolve algum grau de segurança ou estabilidade econômica.

Uma forma de identificar esse tipo de segurança – e que servirá de base para as linhas de renda que definem a classe média utilizadas neste trabalho – é ter uma baixa probabilidade de vir a estar na ou retornar à

Tabela 1
Estimativas dos Coeficientes do Modelo Logit

	Regressões Logit, Var Dependente: Dummy = Classe Média						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>)	0,157 (0,094)*	0,238 (0,102)**	0,159 (0,100)	0,247 (0,111)**	0,121 (0,089)	0,309 (0,094)***	0,218 (0,116)*
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>) * Homem		0,105 (0,028)***					
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>) * Não Branco				-0,014 (0,033)			
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>) * Educação <=4 Anos					0,220 (0,052)***		
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>) * Metropolitano						-0,246 (0,078)***	
Dummy = Crescimento (Var Positiva no PIB da UF)							-0,002 (0,046)
Ln(PIB Estadual <i>Per Capita</i>) * Dummy							0,004 (0,020)
Observações	1.610.397	1.610.397	1.610.397	1.610.397	1.610.397	1.610.397	1.610.397
EF de UF e Ano	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Controles Demográficos	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tendências Específicas de UF (Linear e Quadrática)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Definição de Classe Média	R\$277<RFPC <R\$971			RFPC>R\$277			

Fonte: Elaboração própria.

condição de pobreza em termos de renda. O conceito de vulnerabilidade é bastante apropriado aos nossos propósitos, uma vez que captura a capacidade de as famílias resistirem a choques de renda.

Neste sentido, nosso exercício não apenas identifica esta resistência como também testa a própria definição de classe média baseada no conceito de vulnerabilidade – que estará comprometida se a classe média assim definida for altamente suscetível a choques.

A Tabela 1 apresenta as estimativas dos coeficientes de interesse de acordo com a metodologia descrita no Quadro 1, com seus respectivos erros-padrão.

A primeira coluna mostra que choques idiossincráticos são positivamente relacionados com o pertencimento à classe média.

As demais colunas reportam o resultado de modelos em que a variável dependente binária assume valor 1 para indivíduos não apenas de classe média, como também da classe mais alta. Em linhas gerais, estas regressões revelam três informações importantes.

Primeiro, tanto na coluna 1 como na 2, vemos que a relação de interesse (estamos nos referindo às transições da pobreza para a classe média) é positiva: a probabilidade de transição (líquida) dos indivíduos para a classe média aumenta (diminui) quando os choques idiossincráticos de origem agregada são positivos (negativos).

Segundo, nas colunas 3 a 6, identificamos heterogeneidades: o ciclo parece impactar mais famílias chefiadas por homens, chefes com menor número de anos de educação e não metropolitanos. A coluna 7 revela que não há assimetria nessa relação com o sinal das variações nos choques.

Terceiro, porém não menos importante, a magnitude do impacto de choques sobre a probabilidade de transição é pequena.

Um dos nossos interesses aqui é identificar não apenas se a classe média é suscetível a choques adversos, mas também a sensibilidade do conceito de vulnerabilidade a flutuações que ocorrem na economia e se refletem na renda dos indivíduos.

Para capturar essa sensibilidade, realizamos um exercício em que (i) predizemos o tamanho da classe média a partir do modelo

Quadro 1 Metodologia

Nossa análise empírica baseia-se em: informações da renda familiar *per capita*; características socioeconômicas dos chefes das famílias, obtidas nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE) de 1992 a 2009 e no PIB *per capita* dos estados brasileiros, ao longo do período de análise. O teste empírico que propomos segue o modelo de regressão Logit

$$P(y_{ist} = 1|X) = \frac{e^{X'\beta}}{(1+e^{X'\beta})}$$

considerando $X'\beta = \vartheta PIB_{st} + \alpha_s + \theta_t + \gamma_s t_{st} + C_{ist}\rho + \varepsilon_{ist}$, em que o termo y_{ist} é uma variável binária que indica se a renda familiar *per capita* do chefe de família i , que reside no estado s no ano t situa-se entre R\$277 e R\$971, referências que definem a classe média de acordo com SAE (2012) em valores correntes de 2011. Em nossas regressões de referência, no entanto, computaremos esta variável binária como 1 se a renda familiar *per capita* da família se situa acima de R\$277 (sem limite superior). Desse modo, nos concentramos na transição dos que cruzam esta linha de corte (inferior) da classe média, captando assim o conceito de vulnerabilidade. Nossa variável de interesse é PIB_{st} , o PIB *per capita* no estado s no ano t em valores correntes de 2011.

Os termos α_s e θ_t são, respectivamente, efeitos-fixos de estado e ano. Efeitos-fixos de estado absorvem a influência de características fixas ao longo do tempo e particulares a cada estado; enquanto os efeitos-fixos de tempo absorvem a influência de variáveis comuns aos estados e que os impactam igualmente ao longo do tempo – por exemplo, choques macroeconômicos agregados e o ciclo político. O termo $\gamma_s t_{st}$ introduz tendências de tempo (linear e quadrática) específicas a cada estado e que absorvem o impacto de tendências de longo prazo sobre a renda e o crescimento da classe média. Com a introdução deste termo e dos efeitos-fixos de tempo, o coeficiente de interesse ϑ passa a captar o efeito da variação residual de PIB_{st} sobre a probabilidade de o chefe de família transpor a linha de classe média. Ou seja, captamos assim o impacto de flutuações idiossincráticas do PIB sobre esta probabilidade. Por fim, incluímos o termo C_{ist} , uma matriz de características socioeconômicas do chefe de família – gênero, cor, anos de escolaridade, efeitos-fixos de idade, se reside em área urbana, metropolitana e interações entre as variáveis pessoais. A fim de detectar a possibilidade de que os choques idiossincráticos afetem a probabilidade de transição de interesse de forma heterogênea, introduzimos interações da variável PIB_{st} com certas características pessoais do chefe. Há também uma regressão em que a variável PIB interage com uma *dummy* para crescimento positivo no PIB. A ideia é captar a existência de assimetria na relação de interesse. Os erros-padrão são robustos ao aninhamento das observações ao nível do estado.

Nota: A metodologia que define quem pertence à classe média recorta a distribuição de renda familiar per capita (RFPC) em quatro grandes grupos ordenados: os pobres, os vulneráveis, a classe média e a classe alta (para mais detalhes, ver SAE, 2012). Assim, mais precisamente, estamos analisando quem transita entre os dois segmentos mais baixos e os dois mais altos. Cabe notar que é possível que ocorra uma transição entre os indivíduos dos dois segmentos mais baixos e a classe alta (ou seja, entre os com RFPC menor que R\$271 e os com RFPC maior que R\$971) e, nesse sentido, não estamos focando apenas na transição para a classe média.

estimado na coluna 2 da Tabela 1 (Coluna A na Tabela 2); (ii) repetimos essa predição, mas calculamos o tamanho da classe média simulando a ausência de choques positivos de renda (Coluna B na Tabela 2).

Isso é feito por meio da substituição de GDP_{st} por GDP_{st-1} , toda vez que houver crescimento entre dois anos consecutivos, ou seja, quando $GDP_{st} > GDP_{st-1}$ e (iii) comparamos os dois montantes.¹

Como mostra a última coluna da Tabela 2, os choques negativos não parecem ser capazes de reduzir significativamente a

probabilidade de se pertencer à classe média para nenhum dos anos do nosso período de análise.

Esses resultados indicam, portanto, que o conceito de vulnerabilidade implicitamente aqui empregado é robusto.

O exercício que realizamos neste artigo permite tecer duas conclusões. Primeiro, flutuações econômicas que afetam a renda dos indivíduos estão positivamente relacionadas ao pertencimento à classe média. Segundo, a magnitude desse efeito é pequena.

Como resultado, o conceito de vulnerabilidade que tem servido como base para a definição de classe média em muitos estudos sobre o tema parece ser capaz de captar adequadamente a ideia de que pertencer à classe média envolve um elevado grau de resiliência da renda dos indivíduos a choques econômicos.



FERREIRA, F.; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; LOPEZ-CALVA, L. F.; LUGO, M.; VAKIS, R. Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class. Washington/D.C.: World Bank, 2013.

LOPEZ-CALVA, L. F.; LUSTIG, N. (Eds.). Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress? Washington/D.C.: Brookings Institution e United Nations Development Programme, 2010.

LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. "A Vulnerability Approach to the Definition of the Middle Class", Policy Research Working Paper 5902, World Bank, 2011.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE. "Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil". Brasília/DF: Governo Federal do Brasil, 2012.

Tabela 2
Probabilidades Preditas de Pertencer à Classe Média

	CM Predita (RFPC>R\$277)	CM Predita Sem Choques Positivos	Magnitude
	A	B	(B-A)/A
1992	0,509	0,508	-0,1%
1993	0,514	0,512	-0,4%
1995	0,603	0,602	-0,1%
1996	0,596	0,595	-0,2%
1997	0,602	0,601	-0,2%
1998	0,605	0,604	-0,1%
1999	0,594	0,594	0,0%
2001	0,594	0,592	-0,4%
2002	0,598	0,594	-0,7%
2003	0,581	0,581	-0,1%
2004	0,613	0,611	-0,3%
2005	0,628	0,627	-0,2%
2006	0,672	0,671	-0,2%
2007	0,685	0,682	-0,5%
2008	0,710	0,709	-0,1%
2009	0,723	0,723	-0,1%

Fonte: Elaboração própria.

Crescimento, Desigualdade e a Classe Média na Rússia Pós-Comunista

por Thomas F. Remington,
Emory University¹

O crescimento real da classe média na Rússia tem sido bastante lento, enquanto a concentração de renda no topo tem sido rápida.

O aumento da desigualdade de renda na Rússia tem sido objeto de atenção do alto escalão nos últimos anos. "A diferenciação de rendas", escreveu Vladimir Putin no *Komsomol'skaia Pravda* em fevereiro de 2012, "é inaceitável, escandalosamente alta... Portanto, a tarefa mais importante é reduzir a desigualdade material".

Putin afirmou que a solução para o problema da desigualdade, bem como da dependência excessiva da receita gerada pela extração dos recursos naturais, é expandir a classe média.

No entanto, o governo de Putin não deseja ou não possui a capacidade para tomar medidas que reduzam de fato a desigualdade de renda e aumentem a participação da classe média na sociedade.

O crescimento real da classe média na Rússia tem sido bastante lento, enquanto a concentração de renda no topo tem sido rápida. Embora tenha havido um crescimento entre algumas faixas de renda média, estes são grupos que estão ligados ao Estado para a sua subsistência.

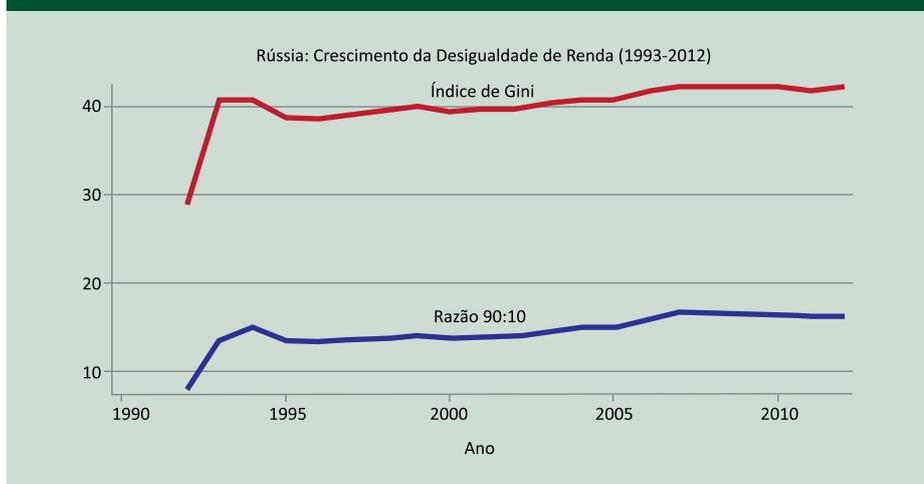
Uma estimativa aponta que a proporção de famílias pertencentes à classe média (usando uma definição simplificada de classe média)² aumentou para quase 19 por cento (KUVSHINOVA, 2013). Esta participação tem crescido cerca de 1 por cento por ano, em média. No entanto, o crescimento mais rápido desta parcela veio dos funcionários do Estado, incluindo militares e policiais, que representam 20 por cento da classe média. Trabalhadores altamente qualificados do setor público,

1. Thomas F. Remington é Goodrich C. White Professor de Ciência Política na Emory University, Atlanta, GA, EUA.

2. Satisfazer a dois destes três critérios qualifica um domicílio como pertencente à classe média: renda ou ativos acima de certo limite; ensino superior completo ou ocupação de cargos que demandam alta qualificação; ou autonomia sobre escolhas de vida.

3. Cerca de um quarto dos lucros corporativos em 2010 nos EUA foram realizados no setor financeiro. Ver Tomaskovic-Devey e Ken-Hou (2011).

Figura 1
Desigualdade de Renda na Rússia (1993-2012)



Fonte: Compilação do autor.

tais como médicos, professores, pessoas empregadas no setor de ciência e tecnologia e funcionários dos serviços sociais também pertencem à classe média, de acordo com esta definição.

Certamente, os rendimentos **médios** aumentaram significativamente desde 1999.

Contudo, na Rússia, assim como nos EUA e na China, o aumento da renda média mascara uma desigualdade cada vez maior. Houve um crescimento do Índice de Gini e da razão 90: 10 (a medida se refere à divisão da renda no 90º percentil da distribuição pela renda no 10º percentil), como mostra a Figura 1.

É difícil mensurar a distribuição de renda real em uma sociedade. Pesquisas de renda domiciliar normalmente subestimam o número de domicílios de renda extremamente alta, particularmente em sociedades onde uma grande parcela da renda é ilegal ou não declarada.

É provável que, como na China, os rendimentos mais frequentemente não declarados na Rússia pertençam às parcelas que têm renda mais elevada.

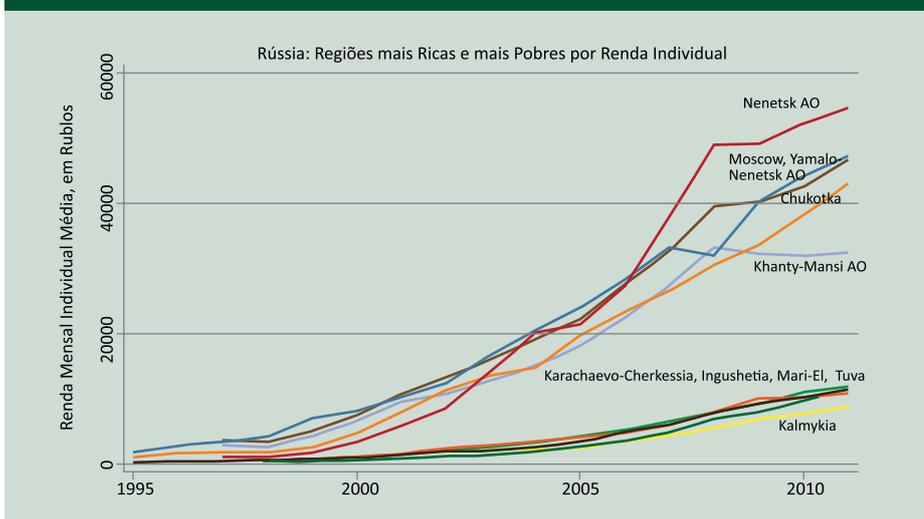
Portanto, incluindo os rendimentos ocultos, aumentariam as medidas agregadas de desigualdade. É desnecessário dizer que tanto a concentração de renda no decil

mais alto como a natureza ilícita da renda são opostos ao objetivo de formar uma sociedade de classe média.

A desigualdade é um problema diferente da pobreza, que pode cair ao mesmo tempo que a desigualdade aumenta. Este tem sido o caso na Rússia e na China nas últimas décadas. A desigualdade também é importante por si só. A polarização da renda está associada a uma menor oferta de bens públicos. As parcelas mais abastadas consideram os bens públicos como inerentemente redistributivos (ALESINA, BAQIR E EASTERLY, 1999; EASTERLY, 2001; 2002; EASTERLY E LEVINE, 1997). Em segundo lugar, uma alta desigualdade dificulta a mobilidade social, em razão da acumulação de vantagens ao longo do tempo. Famílias em estratos com maior acesso à educação, serviços de saúde, segurança e serviços públicos transmitem as suas vantagens para os seus descendentes, reduzindo a probabilidade de que os indivíduos das parcelas de baixa renda ascendam na próxima geração.

A desigualdade nas economias desenvolvidas está aumentando tanto como resultado de mudanças na estrutura de trabalho – particularmente o declínio no número de empregos de renda média e qualificação média devido à mudança tecnológica e à globalização – como das mudanças institucionais e de valores (GOLDIN E KATZ, 2007; 2008). Nos EUA, o setor financeiro tem uma participação crescente nos lucros das empresas e,

Figura 2
Rússia: Tendências de Renda nas Regiões mais Ricas e mais Pobres (1995-2010)



Fonte: Compilação do autor.

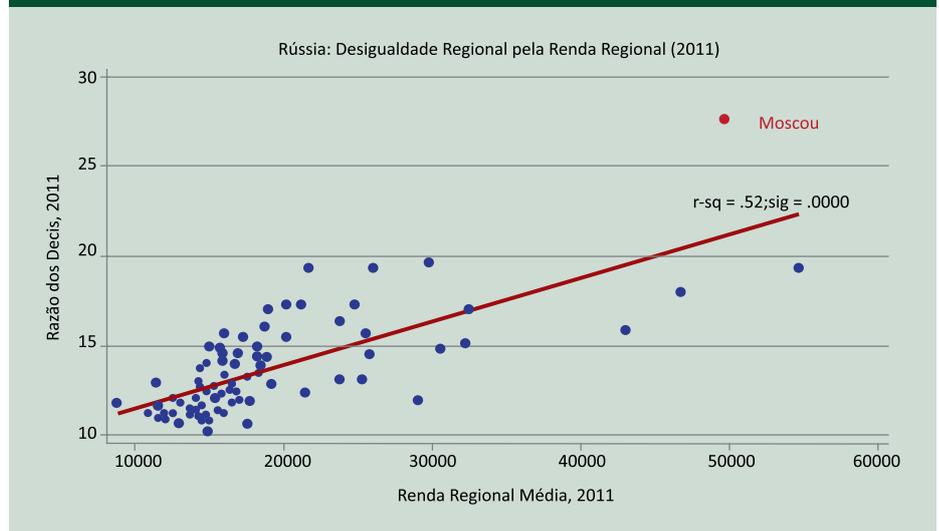
A desigualdade é um problema diferente da pobreza, que pode cair ao mesmo tempo que a desigualdade aumenta. Este tem sido o caso na Rússia e na China nas últimas décadas.

A desigualdade nas economias desenvolvidas está aumentando tanto como resultado de mudanças na estrutura de trabalho (...) como das mudanças institucionais e de valores.

O principal fator desencadeador da desigualdade na Rússia, no entanto, é a predominância do setor de recursos naturais na economia.

Em média, a renda em regiões em que pelo menos metade da produção econômica vem da indústria extrativista é um terço maior que em outras regiões.

Figura 3
Rússia: Desigualdade Regional pela Renda Regional (2011)



Fonte: Compilação do autor.

consequentemente, na concentração de renda.³ Da mesma maneira, a crescente compensação para executivos corporativos de alto escalão, assim como célebres atletas e artistas, reflete um “prêmio pela celebridade” (FRANK; COOK, 2010; ATKINSON; PIKETTY; SAEZ, 2011). Ambos os efeitos são evidentes na Rússia. Por exemplo, embora os serviços financeiros representem apenas uma pequena parte do valor adicionado à economia, o lucro do setor financeiro é agora maior que o de qualquer outro setor, incluindo petróleo e gás.

O principal fator desencadeador da desigualdade na Rússia, no entanto, é a predominância do setor de recursos naturais na economia. Isso afeta a distribuição de renda de duas formas.

É essa predominância que conduz o rápido aumento da renda no setor de extração mineral e no setor financeiro que o suporta, e ela também explica os níveis de renda extremamente altos nas regiões ricas em recursos naturais.

Em média, a renda em regiões em que pelo menos metade da produção econômica vem da indústria extrativista é um terço maior que em outras regiões.

Essa diferença tem se ampliado consistentemente como resultado dos altos salários nas primeiras. A Figura 2 mostra que as regiões russas mais ricas têm tido ganhos de renda muito mais rápidos do que as regiões mais pobres; quatro das cinco regiões

de maior renda são centros de produção de petróleo e gás, e a quinta é Moscou. Além disso, as regiões com os maiores rendimentos também têm a maior desigualdade interpessoal de renda (Figura 3).

Apesar de os líderes russos terem manifestado preocupação com o crescimento da desigualdade de renda na sociedade e terem pedido medidas que concentrariam os ganhos de renda nas parcelas de renda média da população, eles ainda não conseguiram reduzir a dependência econômica dos recursos naturais. O aumento da renda da extração mineral tem tornado certos indivíduos extremamente ricos, além de permitir que algumas regiões desfrutem de rendas médias extremamente altas.

As receitas das exportações de recursos naturais também têm resultado em altos retornos para o setor financeiro.

Todavia, o crescimento da renda média não reflete o crescimento do empreendedorismo ou da inovação. A desigualdade na distribuição de renda reflete a dependência econômica dos rendimentos provenientes da extração de recursos naturais, o que provocou o aumento na renda das parcelas mais ricas da população e impediu a expansão da classe média.

■
ALESINA, A.; BAQIR, R.; EASTERLY, W. “Public Goods and Ethnic Divisions”, *Quarterly Journal of Economics*, 114(4), p. 1243-1284, 1999.

ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. “Top Incomes in the Long Run of History”, *Journal of Economic Literature*, 49(1), p. 3-71, 2011.

EASTERLY, W. *The Elusive Quest for Growth: Economists’ Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge, MA, MIT Press, 2002.

_____. “The Middle Class Consensus and Economic Development”, *Journal of Economic Growth*, 6(4), p. 317-335, 2001.

EASTERLY, W.; LEVINE, R. “Africa’s Growth Tragedy: Policies and Ethnic Divisions”, *Quarterly Journal of Economics*, 112(4), p. 1203-1250, 1997.

FRANK, R. H.; COOK, P. J. *The Winner-Take-All Society: Why the Few at the Top Get so Much More than the Rest of Us*. New York, Random House, 2010.

GOLDIN, C.; KATZ, L. F. *The Race between Education and Technology*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2008.

_____. “Long-Run Changes in the Wage Structure: Narrowing, Widening, Polarizing”, *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, p. 135-165, 2007.

KUVSHINOVA, O. “Srednii klass v Rossii uvelichivaetsia za schet chinovnikov i silovikov”, *Vedomosti*, 4 April 2013.

PUTIN, V. “Spravedlivoe ustroistvo obshchestva, ekonomiki-glavnoe uslovie nashego ustoychivogo razvitiia v eti gody”, *Komsomol’skaia pravda*, 13 February 2012.

TOMASKOVIC-DEVEY, D.; KEN-HOU, L. “Income Dynamics, Economic Rents, and the Financialization of the U.S. Economy”, *American Sociological Review*, 76, p. 538-559, 2011.

A Expansão das Classes Médias e a Mudança de Poder na Índia

por Zoya Hasan,
Jawaharlal Nehru University¹

Nos últimos anos, houve um fluxo constante da atenção internacional para as classes médias indianas. Graças à expansão da classe média, houve uma mudança drástica na imagem da Índia a partir da década de 1990.

Ao invés de histórias sobre pobreza extrema, a Índia é agora vista como o coração do novo capitalismo, associada a altas taxas de crescimento e à nova elite e classes médias consumistas.

A paisagem em transformação das cidades tem *shoppings*, centros multiuso, edifícios, restaurantes e carros de luxo, mesmo enquanto os mais pobres são relegados a uma existência sombria nas periferias.

Apesar de toda a atenção dada às classes médias da Índia, é importante notar que este é um segmento relativamente pequeno da população. As classes médias na Índia não são uma categoria mediana ou quase mediana, não estão economicamente situadas em lugares próximos à média da população e não constituem a sua maioria.

No entanto, uma definição mais ampla sugere que a classe média na Índia corresponde a cerca de um quinto dos seus 1,2 bilhões de habitantes. Os números absolutos ainda são consideráveis. Mas, em comparação à população total, a classe média é pequena e não tem a característica comum à maioria das sociedades desenvolvidas: o fato de constituir uma proporção expressiva da população, tornando-se assim uma categoria mediana.

Mais da metade da classe média atual é constituída por trabalhadores do setor privado. Na geração anterior, a maior parte concentrava-se no emprego público, no serviço público, nas universidades e escolas públicas.

A classe média teve influência considerável no desenho de políticas públicas, bem como nos valores e nos discursos de uma série de

instituições públicas. Ela domina a burocracia e o mundo corporativo; editores de jornais, juízes, ativistas de ONGs e acadêmicos também são, em grande parte, originários das classes médias e privilegiadas.

Apesar da expansão das classes médias, as classes mais baixas, oprimidas e exploradas são numericamente muito maiores e a maioria vive sem segurança econômica e social.

Ao mesmo tempo, o aprofundamento da democracia e uma agitação política vinda dos setores mais baixos mudaram muito a consciência dos grupos oprimidos, o que resultou em um novo senso de dignidade e autoestima.

Eles se tornaram muito mais politicamente conscientes de seus direitos e dos benefícios do desenvolvimento que lhes foram negados.

Como resposta a este sentimento desafiador vindo das classes mais baixas, a classe média se sente insegura e ressentida. Isso acirrou a fratura há muito tempo existente entre as “duas Índias”.

Existe agora a Índia “pujante”, urbana, qualificada e empreendedora, com laços estreitos com o mundo globalizado, e a “outra” Índia, predominantemente rural, mas também crescente nos centros urbanos, que foi deixada para trás no processo de desenvolvimento, já que carece de recursos e qualificações.

No entanto, esta “outra” Índia também é mais exigente e aspira o acesso às oportunidades disponíveis para as novas classes médias nos centros urbanos.

A classe média tem grande influência econômica, mas permanece politicamente marginalizada em uma grande democracia em que as massas rurais ainda ditam os resultados das eleições.

A situação, no entanto, começou a mudar, e as classes médias se tornaram mais assertivas, se tornando também uma força política

Apesar de toda a atenção dada às classes médias da Índia, é importante notar que este é um segmento relativamente pequeno da população.

A classe média tem grande influência econômica, mas permanece politicamente marginalizada em uma grande democracia em que as massas rurais ainda ditam os resultados das eleições.

1. Professor do Centro de Ciências Políticas da Faculdade de Ciências Sociais da Jawaharlal Nehru University na Índia.

2. Para um relato sobre as classes médias e intelectuais antes do primeiro-ministro Manmohan Singh chegar ao poder, ver Seabrook (2012).

Ajudada pelas mídias sociais, a classe média emergente é cada vez mais capaz de mobilizar-se como um grupo coerente, conforme demonstrado pelo papel crucial desempenhado na campanha anticorrupção liderada pelo gandhiano Anna Hazare, ao longo de 2011 e 2012.

Considerando que a classe média antiga via alguns políticos como heróis, idolatrando Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru, a nova classe média vê os políticos com absoluto desprezo, depositando maior confiança em líderes empresariais ou, em alguns casos, em organizações não governamentais.

vocal e influente. Uma onda de expansão do ativismo da classe média em toda a Índia catapultou-as para o palco central do discurso político.

O crescimento acelerado levou as classes médias a esperar por melhorias contínuas em seu padrão de vida.

Mas, na fase posterior à crise econômica e ao abrandamento do crescimento da Índia, essas classes ficaram cada vez mais descontentes, já que temem que seus rendimentos e riquezas sejam minados pela inflação, que tem sido relativamente elevada nos últimos três anos.

Também surgiram queixas recentes em razão da insatisfação política relacionada principalmente à má-governança, escândalos de corrupção sem precedentes e falta de segurança pública para as mulheres.

Ao contrário dos manifestantes dos movimentos sociais antigos – que eram, em sua maioria, de esquerda, gandhianos e com uma visão de transformação social sistêmica – os novos ativistas de classe média não possuem visão social, ideologia ou ideias gerais que definam seu ativismo. Eles abominam as organizações políticas tradicionais e os partidos políticos.

Estão furiosos com os políticos e são particularmente críticos do Estado, ainda que continuem a fazer exigências ao próprio Estado que desprezam.

Ajudada pelas mídias sociais, a classe média emergente é cada vez mais capaz de mobilizar-se como um grupo coerente, conforme demonstrado pelo papel crucial desempenhado na campanha anticorrupção liderada pelo gandhiano Anna Hazare, ao longo de 2011 e 2012.

Durante este período, milhares de pessoas saíram às ruas para exigir leis anticorrupção mais severas.

A campanha atraiu pessoas de todas as classes, mas foi dominada pela classe média urbana, cuja assertividade e peso político consequentemente aumentaram.

Esta campanha marcou um triunfo organizacional, o que precipitou o surgimento das classes médias como força política ativa. Este protesto sinaliza uma mudança em favor da sociedade civil, em termos de modificações no equilíbrio

entre ela e o Estado e da influência da sociedade civil no processo de tomada de decisão política.

No seio da sociedade civil, houve um afastamento daqueles que estão dispostos a trabalhar no quadro político existente e uma aproximação daqueles que estão dispostos a desafiá-lo (PATNAIK, 2011).

A corrupção aumentou demasiadamente, mas, no pensamento de classe média, é a corrupção na política que mais importa e é percebida como um vestígio de um Estado muito extenso.

Considerando que a classe média antiga via alguns políticos como heróis, idolatrando Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru, a nova classe média vê os políticos com absoluto desprezo, depositando maior confiança em líderes empresariais ou, em alguns casos, em organizações não governamentais.²

Os políticos são tipicamente vilificados pelos meios de comunicação, canais de televisão e filmes de Bollywood, que os têm retratado como totalmente corruptos e habitualmente mentirosos.

As campanhas anticorrupção centraram-se estritamente no governo, nos políticos e na burocracia como as principais fontes de corrupção, ignorando a cumplicidade do setor privado na corrupção associada à privatização das propriedades estatais e à transferência de recursos, como terras, minerais e gás natural, entre outros, aos atores privados.

A rotulagem da corrupção como algo que pertence ao domínio político significa que ela nunca diz respeito às classes médias (ainda que estas, geralmente, sejam as suas maiores beneficiárias, uma vez que dominam o governo), mas sempre aos outros – ou seja, ministros, legisladores e burocratas (CHATTERJEE, 2013). O holofote sobre corrupção agrada a todos e deixa de lado outras questões importantes, como a desigualdade e a injustiça.

A Índia não tem feito o suficiente pela sua população pobre, algo que deveria ser moralmente e economicamente inaceitável.

No entanto, a classe média não está tão interessada nas inúmeras questões sociais do país; em vez disso, o discurso público é dominado pela queda da taxa de crescimento do PIB e pelos problemas econômicos da Índia.

O crescimento econômico e o desenvolvimento humano estão intimamente ligados, mas as classes médias são menos favoráveis a políticas públicas que promovam a inclusão econômica e a redistribuição.

Na verdade, elas julgam o sistema político apenas em termos dos padrões de governança e são críticas da legislação baseada nos direitos – ou seja, o direito à informação (2005), ao emprego (2006), à educação (2009) e à alimentação (2013) – introduzidos durante os dois mandatos do governo da Aliança Progressiva Unida (2004-14), liderado pelo partido do Congresso.

O investimento do governo em setores sociais chave é crucial; no entanto, a classe média apresenta uma completa falta de interesse em regimes públicos que garantam o acesso a bens e serviços básicos para a maioria das pessoas.

Longe de apoiar gastos sociais que poderiam ajudar as pessoas pobres, as classes médias demandam que o governo intensifique as reformas econômicas – independentemente das disparidades cada vez maiores e de desigualdades sociais profundamente arraigadas – e que as despesas públicas sejam reduzidas, com base na premissa de que tais gastos impedem o crescimento.

Os números importam na política eleitoral, mas o partido Congressista, que detém o poder, e o principal partido de oposição, o Bhartiya Janata, fazem de tudo para atrair a classe média em ascensão, em um momento em que a economia tem experimentado uma perda de dinamismo, resultando em crise e em paralisia políticas.

Apesar da dificuldade de angariar o apoio popular para as reformas econômicas em uma sociedade profundamente desigual, os partidos políticos ainda tentam fazê-lo por causa de uma mudança de poder em direção às classes médias urbanas, em termos de influência sociopolítica.

No início, a luta pelo poder ocorreu por meio dos partidos políticos, e a influência de qualquer classe era resultado de seu peso numérico e relativo dentro deles.

Embora a liderança dos partidos tenha origem na classe média, as compulsões da política eleitoral significavam que sua influência

deveria ser equilibrada em razão das classes numericamente mais fortes nos partidos.

A influência política da classe média acabou muito aquém de seu peso econômico, e essa contradição só cresceu após a liberalização econômica.

Mas isso mudou com a maior assertividade das classes médias, que passaram a exercer influência, mesmo sem uma participação ativa no processo eleitoral (PATNAIK, 2011).

Agora parece que as classes médias estão preparadas para desempenhar um papel importante nas narrativas políticas das eleições gerais, programadas para acontecer em 2014.

Há algum tempo, o partido Congressista tenta descobrir como conciliar as tentativas de apelar para a poderosa (e crescente) classe média indiana com o foco em sua base de apoio tradicional, de pessoas pobres.

Rahul Gandhi, vice-presidente do partido, foi, de certa forma, um para-raios desse conflito. Suas tendências políticas podem inclinar-se particularmente para uma plataforma pró-pobres, mas o medo da oposição da classe média às políticas de assistência social fez com que ele mantivesse a sua posição de não se comprometer em público.

Seu partido está preocupado com a possível perda do apoio da classe média, que o ajudou a conquistar um grande número de eleitores urbanos nas eleições gerais de 2009.

Para repetir esse feito, é fundamental alcançar as classes médias desapontadas e que parecem ter pouca fé no partido, nas instituições governamentais e nas políticas públicas associadas.

■
CHATTERJEE, P. "Against Corruption = Against Politics"; kafila.org, 28 August 2011. Disponível em: <<http://kafila.org/2011/08/28/against-corruption-against-politics-partha-chatterjee/>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

PATNAIK, P. "Clash of Interests"; *The Telegraph (Kolkata)*, 8 September 2011.

SEABROOK, J. "Safari-Suited Idealists: Elegy for Another Country"; *Outlook (New Delhi)*, 6 February 2012.

(...) a classe média não está tão interessada nas inúmeras questões sociais do país; em vez disso, o discurso público é dominado pela queda da taxa de crescimento do PIB e pelos problemas econômicos da Índia.

Apesar da dificuldade de angariar o apoio popular para as reformas econômicas em uma sociedade profundamente desigual, os partidos políticos ainda tentam fazê-lo por causa de uma mudança de poder em direção às classes médias urbanas, em termos de influência sociopolítica.

Oportunidades e Desafios da Ascensão da Classe Média na Ásia

por Natalie Chun,
Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)¹

Além de apresentar demandas por consumo cada vez maiores, esta classe média emergente também passará por uma transformação relativa a percepções e valores, acompanhada por investimentos mais produtivos e reduções de pobreza potencialmente mais acentuadas.

A ascensão da classe média na Ásia oferece grandes oportunidades a serem exploradas pelos países e pelo setor privado, por meio do fornecimento de bens e serviços que atendam ao conjunto crescente e cada vez mais diversificado de preferências de consumo.

A ascensão de uma nova classe média na Ásia nas próximas décadas irá contribuir para que o poder econômico se distancie do Ocidente. Assumindo taxas de redução da pobreza e crescimento econômico semelhantes às das duas últimas décadas, espera-se que as classes média e alta dos países asiáticos em desenvolvimento – definidas em escalas absolutas de, respectivamente, USD2-20 e USD20+ (usando ajustes de paridade de poder de compra) – aumentem em 300 milhões e 1,1 bilhão de pessoas, respectivamente (Figura 1). Esse crescimento irá impulsionar a demanda de consumo na Ásia, de estimados USD 4,5 trilhões, em 2009, para quase USD44 trilhões, até 2030 – o equivalente a quase metade da demanda mundial e cerca de 1,6 vez a demanda prevista para os países da OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Figura 2).

Além de apresentar demandas por consumo cada vez maiores, esta classe média emergente também passará por uma transformação relativa a percepções e

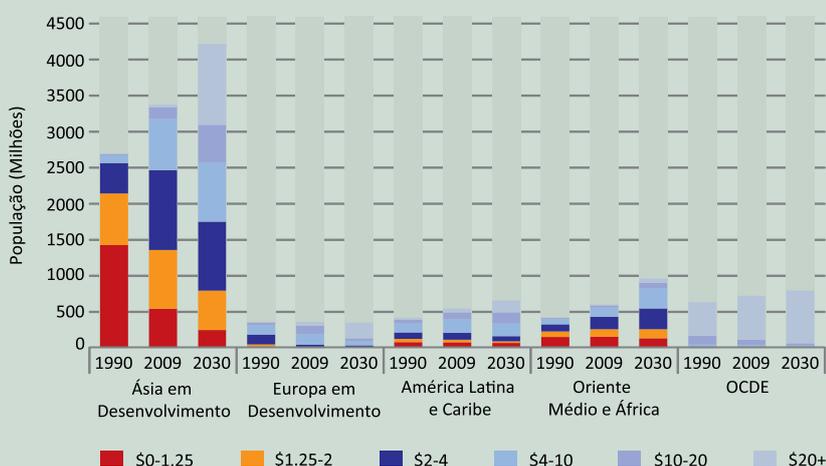
valores, acompanhada por investimentos mais produtivos e reduções de pobreza potencialmente mais acentuadas. Isto se deve, em parte, ao fato de os membros desta classe média serem defensores mais ferrenhos da igualdade de gênero e mais otimistas quanto às perspectivas de mobilidade ascendente, dando maior ênfase ao uso da tecnologia e acreditando mais no mercado competitivo do que aqueles da classe baixa. A classe média também se envolve mais na política e tende a ter mais confiança no governo que as classes de baixa e alta renda. Muitos destes aspectos contribuem para o papel importante da classe média de garantir que os governos prestem atenção às questões sociais e realizem investimentos públicos em infraestrutura e educação, beneficiando a população em geral.

Embora a classe média possa ser uma força política necessária para a estabilidade a longo prazo, também serve como forte estímulo para a mudança, criando perturbações econômicas e sociais expressivas de curto prazo sempre que os partidos governistas não fazem o suficiente para atender às suas preocupações e acomodar os seus valores. Em comparação a outras regiões, as classes na Ásia são, geralmente, mais confiantes e menos politicamente ativas e têm também um foco maior no mercado e na percepção de mobilidade ascendente. Estes aspectos são, potencialmente, propícios à continuidade do forte ritmo de crescimento econômico a longo prazo na Ásia.

A ascensão da classe média na Ásia oferece grandes oportunidades a serem exploradas pelos países e pelo setor privado, por meio do fornecimento de bens e serviços que atendam ao conjunto crescente e cada vez mais diversificado de preferências de consumo. Países e empresas que conseguirem uma grande inserção em mercados da classe média asiática terão uma boa chance de garantir uma fonte de demanda que poderá vir a proporcionar

1. Natalie Chun, Departamento de Economia e Pesquisa, Banco Asiático de Desenvolvimento.

Figura 1
População Por Região (1990, 2009 e 2030)



Fonte: Chun (2012).

Nota: As estimativas para o Oriente Médio e a África cobrem menos da metade da população total da região.

estabilidade econômica e até mesmo crescimento para fornecedores no futuro. Embora o otimismo quanto à ascensão da classe média asiática seja justificável, ainda há desafios que podem fazer com que o crescimento de tal classe na região fique muito aquém do seu potencial.

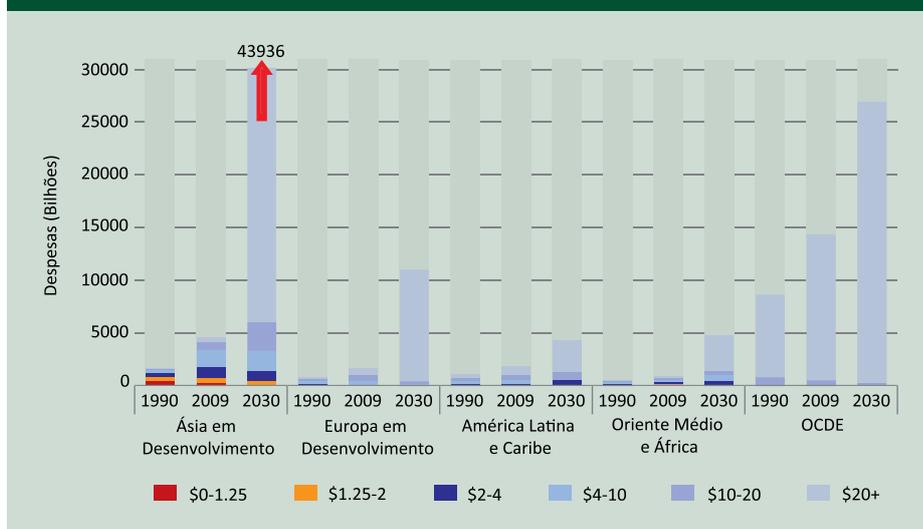
Primeiro, há fortes indícios de que o crescimento do consumo seja impulsionado pelo progresso da China, enquanto os outros países permaneceriam atrás. Mesmo em 2030, mais de dois terços dos cerca de 4,2 bilhões de pessoas em países asiáticos em desenvolvimento residiriam fora da China. A previsão é de que estas pessoas representem a grande maioria dos 780 milhões que ganham menos de USD2/dia e do 1,7 bilhão que recebe USD2-10/dia.

Em segundo lugar, o crescimento do poder aquisitivo da classe média gera o aumento da demanda por itens de custo energético intensivo, como automóveis, máquinas de lavar e aparelhos de ar-condicionado, testando os limites dos níveis de poluição e da demanda por energia. Em algumas cidades asiáticas, já vêm sendo observados grandes aumentos na poluição, que afetam negativamente a saúde e provocam quedas na produtividade do trabalho. Outras cidades têm enfrentado interrupções expressivas no fornecimento de energia, limitando o crescimento econômico. Esses problemas tendem a crescer se não forem encontradas novas fontes de energia ou se não forem desenvolvidas tecnologias mais eficientes e limpas, fornecidas a preços razoáveis.

Em terceiro lugar, ao longo dos últimos 20 anos, percebe-se uma desconcertante tendência mundial em direção ao trabalho informal. Ainda que o trabalho formal tenha aumentado nesse período nos países asiáticos em desenvolvimento, o aumento foi relativamente moderado, com sinais de crescimento do emprego informal em setores não agrícolas de maior valor agregado. Dada a incerteza que permeia o trabalho informal, algumas despesas de consumo potenciais podem vir a ser fortemente prejudicadas, visto que a necessidade de poupar dinheiro (ao invés de gastá-lo) provavelmente irá crescer, em decorrência de maiores flutuações e incertezas em relação ao fluxo de renda.

Em quarto lugar, a Ásia não está imune à insatisfação da classe média que surgiu em outras regiões e que causou perturbações econômicas expressivas. A classe média

Figura 2
Despesas Por Região (1990, 2009 e 2030)



Fonte: Chun (2012).

Nota: As estimativas para o Oriente Médio e a África cobrem menos da metade da população total da região.

da Ásia vem defendendo cada vez mais questões referentes ao meio ambiente, transparência e liberdade de expressão. Todos esses desafios podem fazer com que as previsões atuais da ascensão da classe média asiática se revelem demasiadamente otimistas, a menos que sejam realizadas intervenções ativas.

Serão necessárias tecnologias, políticas e programas inovadores para mitigar possíveis consequências que possam surgir. Isto oferece grandes oportunidades para empresas inovadoras ajudarem a construir e fazer crescer a classe média asiática, ao invés de se tornarem fornecedores apenas para consumo conspícuo. Com maior integração regional, os países de baixa renda – com oferta de trabalho barato e baixos custos de produção – podem se tornar fornecedores para parte da classe média emergente de países mais ricos que, por sua vez, pode promover maior crescimento econômico e o crescimento de seus respectivos países. No entanto, isso poderá exigir mudanças fundamentais na forma como os países operam, para garantir que esta oportunidade não seja desperdiçada e para que algumas das grandes disparidades entre os países asiáticos possam ser revertidas. Especificamente, isto poderá exigir o fortalecimento das instituições, o melhoramento do clima de investimento e o relaxamento de políticas comerciais protecionistas, para assegurar que as empresas possam competir em condições justas e garantir ao máximo a entrada e

o crescimento de empresas inovadoras. De modo geral, ainda é necessário um entendimento muito maior de como ajudar e apoiar a classe média asiática que, apesar do crescimento, permanece ainda muito vulnerável. Prescrições políticas gerais ajudam pouco. É preciso que haja uma compreensão mais detalhada das dinâmicas da classe média e dos impactos da concepção de políticas e programas sobre diferentes conjuntos populacionais.

O aumento da riqueza na Ásia, ao gerar uma classe média mais forte e mais estável, será fundamental para o desenvolvimento e para o crescimento da região e do mundo. No entanto, precisamos estar cientes dos desafios enfrentados pela classe média e desenvolver as ferramentas certas para enfrentá-los, com o objetivo de que seu crescimento não apenas atenda às expectativas, mas também as supere. ■

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB).
Special Chapter: Toward Higher Quality Employment in Asia. Key Indicators for Asia and the Pacific, 42nd Edition, Manila: Asian Development Bank, 2011.

ADB. Special Chapter: The Rise of Asia's Middle Class. Key Indicators for Asia and the Pacific, 42nd Edition, Manila: Asian Development Bank, 2010.

AMORANTO, G.; CHUN, N.; DEOLALIKAR, A.
"Who are the Middle Class and What Values Do they Hold? Evidence from the World Values Survey", ADB Economics Working Paper Series, n. 229, Manila, Asian Development Bank, 2010.

CHUN, N. "The Middle Class in Developing Asia", Journal of Asian Business, 25(1): 27-47, 2012.

Quem é a Classe Média na África do Sul?

Quais são as Implicações para a Política?

por Justin Visagie, Departamento de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, Eastern Cape, África do Sul¹

(...) tal avaliação sobre a atratividade do crescimento da classe média pode esconder contradições muito evidentes na forma como este grupo é utilizado e definido em discussões políticas.

1. Justin Visagie, Diretor de Pesquisas Econômicas do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, Eastern Cape, África do Sul.

O autor agradece ao site <www.econ3x3.org> pela versão anterior deste artigo. Agradece, também, à Pesquisa Econômica da África Austral (ERSA), pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

2. Para uma discussão mais detalhada deste trabalho, ver Visagie e Posel (2013).

O rápido crescimento da classe média promete um futuro melhor para os países em desenvolvimento. À classe média é, comumente, atribuída uma série de resultados positivos, como: base para o crescimento do capital humano (SOKOLOFF; ENGERMAN, 2000); atitudes e comportamentos específicos da classe média, como poupança e empreendedorismo (LANDES, 1998); principal motor do consumo doméstico (PRESSMAN, 2007; KHARAS; GERTZ, 2010); estabilidade política (cf. Barro, 1999; Easterly, 2001); e a responsabilização dos governos (KHARAS; GERTZ, 2010).

No entanto, tal avaliação sobre a atratividade do crescimento da classe média pode esconder contradições muito evidentes na forma como este grupo é utilizado e definido em discussões políticas. Tal ambiguidade precisa ser mais

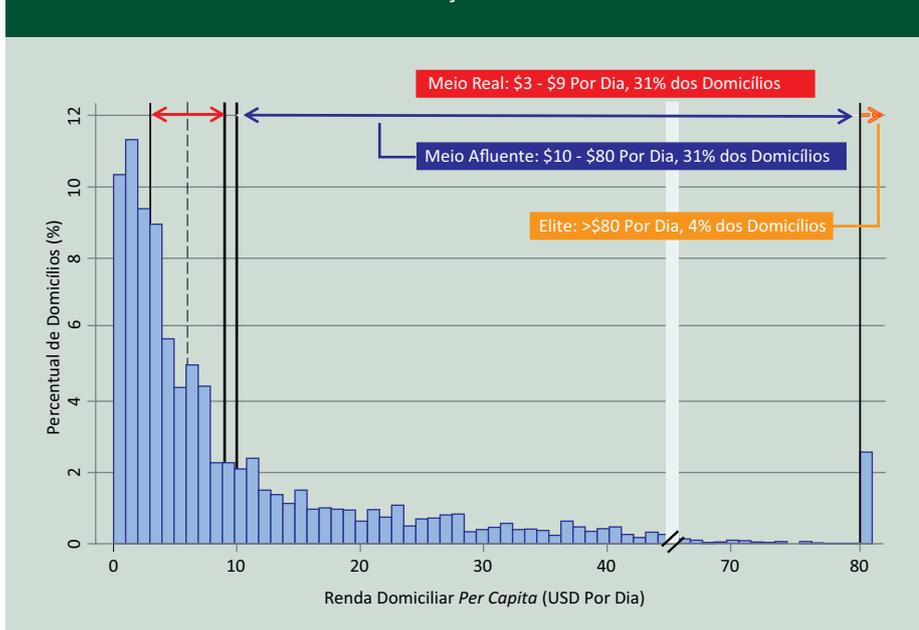
cuidadosamente considerada e reconhecida, particularmente à luz das implicações para a desigualdade de renda e “inclusão” nas economias em desenvolvimento. Como definir a “classe média”, particularmente na contextualização desta questão nos países em desenvolvimento com grandes desigualdades de renda? Quem realmente está no “meio” e o que isso significa para a política econômica?

Economistas costumam a medir a classe média de uma forma mais pragmática, utilizando a renda domiciliar *per capita*. Isto demanda o estabelecimento de um limite adequado para o *status* de “classe média” (como USD10-100 por dia, ver Kharas e Gertz, 2010; Birdsall, 2010). No entanto, o “médio” (de classe média) também é considerado como o verdadeiro – ou literal – “meio” da distribuição de renda (como nos decis de renda média ou os limites ao redor da renda média; ver Easterly, 2001; Pressman, 2007). Estas duas abordagens de definição da classe média podem ser amplamente conciliadas nos países desenvolvidos com padrões de vida médios relativamente altos e menores desigualdades de renda.

No entanto, para os países em desenvolvimento, a “classe média”, (como entendida no uso diário) não está no meio da distribuição de renda. E aqueles que estão no meio não são a “classe média” (no sentido de estar acima de algum padrão mínimo de vida).

A África do Sul é um caso ilustrativo.² A Figura 1 mostra a distribuição de renda na África do Sul, em relação às duas definições de “classe média” mencionadas anteriormente. A classe média definida pelo “meio real” (aqui utilizando um intervalo de 50-150 por cento da mediana da renda *per capita*) recebe entre USD3 e USD9 por pessoa por dia (encontrando-se na fronteira da pobreza). Ao definir-se a classe média pela “afluência relativa”, porém (aqui

Figura 1
Definindo a Classe Média: a Distribuição de Renda na África do Sul



Fonte: National Income Dynamics Survey 2008; estimativas próprias.

Notas: O eixo horizontal foi reduzido entre USD40 e USD70, para que coubesse toda a distribuição de renda em uma figura. Rendas acima de USD 80, no limite direito da distribuição, foram agregadas.

utilizando um limite inferior modesto de USD10 por pessoa por dia), capturam-se domicílios nos 35 por cento da parte superior da distribuição de renda – e exclui-se apenas uma pequena margem, de quatro por cento dos domicílios em uma “classe mais alta”, caso seja aplicado um limite superior, de USD80.

O contraste claro na natureza do “meio” entre essas duas abordagens tem implicações importantes para a política. Se a classe média for conceituada em termos de afluência relativa, o crescimento do tamanho relativo da classe média equivaleria ao apoio às políticas econômicas que favoreçam os relativamente afluentes e deixem a maioria dos domicílios para trás, aumentando, assim, a desigualdade e a polarização da renda. Não obstante, isso traria benefícios econômicos, como o crescimento do grupo de pessoas com profissões qualificadas e o crescimento da demanda do consumidor na economia interna, o que poderia levar a um maior crescimento econômico.

Em contrapartida, se a classe média for definida como o verdadeiro grupo do meio, então aumentar o tamanho relativo da classe média – que englobaria então muitos pobres – implicaria o apoio às políticas econômicas que favoreçam a população pobre e não afiuente e, assim, diminuam a polarização e a desigualdade de renda. Isto pode promover uma maior estabilidade política e social e contribuir para melhores resultados na educação e na saúde no longo prazo, por meio de investimentos públicos mais justos e, desta forma, promover o desenvolvimento econômico e humano, bem como a justiça social.

A utilização das duas abordagens em conjunto ajuda a avaliar melhor a natureza do desenvolvimento e mantém em foco a necessidade de um crescimento equilibrado da renda. A África do Sul ilustra este ponto novamente e mostra um padrão muito interessante de crescimento da renda, ao longo dos primeiros 15 anos de democracia (1993-2008).

Em termos de afluência relativa (medida em USD10-80 *per capita* por dia), a África do Sul experimentou um grande aumento no tamanho da “classe média negra” entre 1993 e 2008. A liberação política teve efeitos evidentes sobre a emancipação econômica e a classe média negra mais que dobrou de tamanho, passando de 2,2 milhões de

pessoas em 1993 para 5,4 milhões em 2008. A composição racial da classe média, na verdade, mudou de uma maioria branca para uma maioria africana, durante este período. No entanto, apesar do forte crescimento da classe média negra, o tamanho total da classe média na África do Sul experimentou um crescimento apenas modesto, em sintonia com o aumento no tamanho da população. Isto pode ser explicado pela queda dos números de brancos na classe média, em grande parte em decorrência da emigração, mas também em razão da ascensão na escala social, entrando na categoria bastante exclusiva de renda da “classe superior” (mais de USD80 *per capita* por dia). Renda e riqueza tornam-se muito mais concentradas no topo – e o resultado é que a desigualdade de renda na África do Sul (já uma das mais altas do mundo) tem aumentado continuamente após 1994 (HOOGEVEEN; ÖZLER, 2006; LEIBBRANDT et al., 2010).

E o que dizer sobre aqueles no meio “verdadeiro”? Os domicílios no meio literal da distribuição de renda (entre 50 por cento e 150 por cento da mediana da renda *per capita*) na África do Sul tiveram um crescimento muito lento da renda ao longo dos primeiros 15 anos de democracia. De fato, o grupo do meio na distribuição de renda experimentou o nível mais lento de crescimento entre todos os grupos de renda – menos de 0,5 por cento ao ano, em média, entre 1993 e 2008. Domicílios na porção mais baixa da distribuição foram auxiliados com uma grande expansão nos gastos com o bem-estar social (por meio da receita de benefícios sociais), enquanto aqueles no topo beneficiaram-se do crescimento impulsionado pelo mercado. O grupo de renda média se beneficiou, até certo ponto, do aumento nos gastos com o bem-estar feitos pelo Estado, mas isso foi compensado por uma queda no total de ganhos no mercado de trabalho – causada pelo aumento do desemprego. Tal falta de absorção nas atividades econômicas convencionais e a ausência de crescimento da renda do domicílio “médio” por um longo período são motivos de preocupação. A crescente instabilidade política e social na África do Sul pode ser um sintoma deste lento progresso da renda no grupo do meio, que é constituído por mais de 30 por cento dos domicílios. O caminho para o desenvolvimento econômico da África do Sul precisa se tornar mais inclusivo –

envolvendo, de fato, estes domicílios no crescimento da atividade econômica e dos lucros – para que haja sucesso na saída do meio lutador (“*struggling middle*”) da periferia do crescimento da renda.

Esta análise da África do Sul ilustra claramente a importância de se prestar atenção ao que se entende por “classe média”. Certamente, tanto o meio real da distribuição de renda quanto a classe média afluenta são peças importantes do quebra-cabeça do desenvolvimento. A classe média contém elementos-chave para o progresso econômico e para o desenvolvimento. No entanto, em países em desenvolvimento, a discussão em torno do que é “classe média” e as implicações políticas são mais nuançadas do que costumamos admitir. ■

BARRO, R. “Determinants of Democracy”, *Journal of Political Economy*, 107(6), p. 158-183, 1999.

BIRDSALL, N. “The (Indispensable) Middle Class in Developing Countries”. In: KANBUR, R.; SPENCE, M. (Eds.). *Equity and Growth in a Globalizing World*. Washington, D.C.: World Bank, 2010.

EASTERLY, W. *The Middle Class Consensus and Economic Development*, *Journal of Economic Growth*, 6, p. 317-335, 2001.

HOOGEVEEN, J.; ÖZLER, B. “Not Separate, Not Equal: Poverty and Inequality in Post-Apartheid South Africa”. In: BHORAT, H.; KANBUR, R. (Eds.). *Poverty and Policy in Post-Apartheid South Africa*. Cape Town: HSRC Press, 2006.

KHARAS, H.; GERTZ, G. “The New Global Middle Class: A Cross-over from West to East” in C. Li (ed.), *China’s Emerging Middle Class: Beyond Economic Transformation*. Washington, D. C.: Brookings Institute Press, 2010.

LANDES, D. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: Norton, 1998.

LEIBBRANDT, M.; WOOLARD, I.; FINN, A.; ARGENT, J. “Trends in South African Income Distribution and Poverty since the Fall of Apartheid”, *OECD Social, Employment and Migration Working Paper Series*, n. 101. Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development, 2010.

PRESSMAN, S. “The Decline of the Middle Class: An International Perspective”, *Journal of Economic Issues*, 41(1), p. 181-200, 2007.

SOKOLOFF, K.; ENGERMAN, S. “Institutions, Factor Endowments, and Path of Development in the New World”, *Journal of Economic Perspectives*, 14(3), p. 217-232, 2000.

VISAGIE, J.; POSEL, D. “A Reconsideration of What and Who is Middle Class in South Africa”, *Development Southern Africa*, DOI: 10.1080/0376835X.2013.797224, 2013.

A Ascensão da Classe Média Africana e a Continuidade da Desigualdade Racial na África do Sul

por Mosidi S. Nhlapo, Statistics South Africa,
e Barbara A. Anderson, University of Michigan

Com a remoção das barreiras legais que impediam a mobilidade social por critérios de raça, houve um aumento no tamanho da classe média sul-africana, especialmente entre Africanos nas áreas urbanas.

Nossa definição de classe média tem base em indicadores de padrão de vida material, o que implica uma condição de vida segura e desejável.

A África do Sul possui a maior economia da África subsaariana e tem sido elogiada pelo sucesso de suas políticas de crescimento macroeconômico. Desde 1994, grande parte da atenção do novo Estado sul-africano tem sido direcionada à equalização da situação provocada pelo *apartheid*, regime no qual a população foi dividida em quatro grupos oficialmente reconhecidos: Brancos, Asiáticos, Coloridos (em inglês, "Coloured") e Africanos.

Todos os não Brancos sofreram com a discriminação legalizada em diferentes graus. As oportunidades eram muito limitadas para todos esses grupos, e os Asiáticos eram os que menos sofriam restrições, seguidos dos Coloridos, que suportaram limitações moderadas, e, por fim, os Africanos, grupo submetido às mais severas restrições.

Com a remoção das barreiras legais que impediam a mobilidade social por critérios de raça, houve um aumento no tamanho da classe média sul-africana, especialmente entre Africanos nas áreas urbanas.

Entretanto, a proporção de Africanos na classe média permanece muito abaixo da de Brancos ou de outros grupos. Os domicílios

de Africanos de classe média gastam significativamente menos que domicílios de classe média pertencentes a outros grupos raciais e, mesmo entre pessoas de classe média, há uma menor probabilidade de Africanos deterem empregos de classe média.

Consequentemente, apesar de todo o progresso obtido após o fim do *apartheid*, em certa medida, o nível de desigualdade racial ainda reflete a situação existente durante o regime de segregação.

Mundialmente, diferentes abordagens têm sido usadas para definir o domicílio de classe média. Alguns utilizaram a educação ou a ocupação como características definidoras, enquanto outros se ativeram a bens, itens de consumo ou renda.

Avaliamos os domicílios de classe média com base em pesquisas nacionais representativas conduzidas anualmente na África do Sul entre 1998 e 2006 (STATISTICS SOUTH AFRICA, 2010a; 2010b).

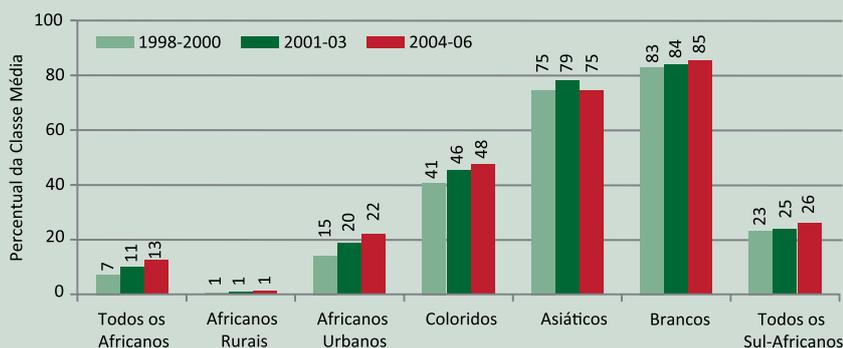
Não utilizamos bens como parâmetro para identificar domicílios com um padrão de vida de classe média, em parte porque as informações coletadas em pesquisas realizadas em anos anteriores sobre os bens dos domicílios não são consistentes.

Além disso, o fato de um domicílio possuir um item como um televisor reflete não apenas seu poder de compra, mas também suas preferências de estilo de vida e outras influências que podem ser de pouca relevância para determinar se aquele domicílio é de classe média ou não.

Por exemplo, sabe-se que os padrões de consumo de domicílios de Africanos e Brancos na África do Sul são diferentes, mesmo no caso daqueles que possuem o mesmo nível de renda.

Nossa definição de classe média tem base em indicadores de padrão de vida material, o que implica uma condição de vida segura

Figura 1
Percentual de Domicílios com um Padrão de Vida de Classe Média – África do Sul (1998-2006)



Fonte: Statistics South Africa.

e desejável. Consideramos que um domicílio terá um padrão de vida de classe média se:

1. constituir uma habitação formal;
2. tiver uma torneira de água;
3. tiver um vaso sanitário com descarga;
4. a eletricidade for a principal fonte de energia para a iluminação;
5. a eletricidade ou o gás for a principal fonte de energia para cozinhar; e
6. tiver um telefone fixo ou se um membro do domicílio possuir um telefone celular.

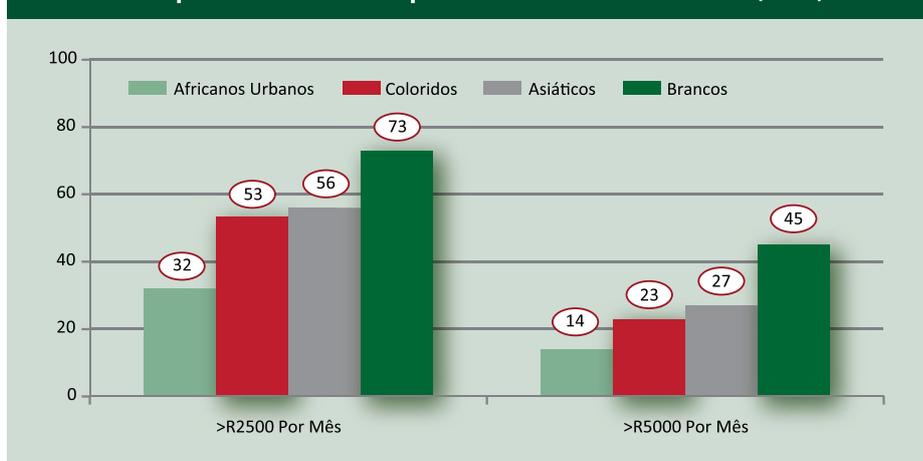
Conforme ilustrado na Figura 1, o percentual de domicílios sul-africanos que usufruem de um padrão de vida de classe média pouco mudou do período de 1998 a 2000 ao de 2004 a 2006, crescendo apenas de 23 por cento a 26 por cento. As diferenças na proporção de domicílios com um padrão de vida de classe média refletem as diferenças entre os quatro grupos raciais oficialmente reconhecidos durante a era do *apartheid*.

Os resultados são mostrados separadamente para os domicílios de Africanos urbanos e rurais. Isso ocorre porque, em 2006, enquanto mais de 80 por cento de cada um dos grupos não Africanos residiam em áreas urbanas, apenas 57 por cento dos Africanos viviam nessas mesmas áreas. Quase a totalidade (96 por cento) dos habitantes das áreas rurais eram Africanos. Apesar de o percentual de domicílios de Africanos urbanos na classe média ter crescido rapidamente, praticamente nenhum dos domicílios de Africanos na área rural foi considerado de classe média.

Entre os domicílios de classe média, a prosperidade de cada grupo populacional seguiu a hierarquia racial existente durante o *apartheid*. De acordo com a Figura 2, domicílios de Brancos eram muito mais bem-sucedidas que os domicílios de classe média de outros grupos populacionais.

Em 2006, 73 por cento dos domicílios de Brancos com padrão de vida de classe média relataram ter despesas mensais superiores a R2500 (USD313, com R8 = USD1), e 45 por cento dos domicílios de Brancos tinham despesas mensais acima de R5000. Esse quadro se repetia apenas para 32 por cento e 14 por cento dos domicílios de Africanos de classe média, respectivamente, ressaltando que os domicílios de Asiáticos e Coloridos ocupavam uma posição intermediária.

Figura 2
Percentual dos Domicílios com Padrão de Vida de Classe Média com Despesas Mensais Superiores a R 2500 e Superiores a R 5000 – África do Sul (2006)



Fonte: Statistics South Africa.

Em 2006, 78 por cento dos domicílios na África do Sul eram de Africanos. Dessa forma, apesar de haver uma proporção maior de domicílios de não Africanos na classe média, o número de domicílios de Africanos de classe média na África do Sul tem crescido. Até 2006, os números de domicílios de classe média de Africanos e Brancos eram equivalentes. Até 2010, a expectativa era que a maioria dos domicílios de classe média fosse de Africanos. As mudanças na composição racial da classe média sul-africana influenciaram o desenvolvimento de produtos e as decisões relativas à publicidade na África do Sul.

O destino ocupacional dos jovens nos domicílios de classe média também apresenta um viés racial. Ao analisarmos jovens na faixa etária dos 25 aos 39 anos que compõem domicílios de classe média, podemos comparar os índices educacionais entre Brancos e Africanos. Jovens adultos Brancos em domicílios de classe média têm maior probabilidade de ocupar cargos especializados ou de gerência que suas contrapartes Africanas, mesmo depois de levarmos em consideração as diferenças entre Brancos e Africanos no que se refere ao seu desempenho educacional. As diferenças entre estes grupos em cargos de gerência são muito maiores que em cargos especializados. Não há evidências de mudanças nessas disparidades entre 1998 e 2006. Diferenças por raça na qualidade do ensino e na escolha da área de especialização podem, parcialmente, explicar essas discrepâncias. No entanto, um jovem adulto Branco que não tenha completado o ensino médio ainda tem

maior probabilidade de ocupar um cargo de gerência que um jovem adulto Africano com um diploma universitário. Não parece razoável depreendermos que uma diferença tão expressiva se deva à qualidade do ensino.

A classe média na África do Sul cresceu no período entre 1998 e 2006, especialmente no segmento de domicílios de Africanos e Coloridos. Contudo, os domicílios de Brancos e Asiáticos continuaram a apresentar uma maior probabilidade de alcançar um padrão de vida de classe média. Além disso, entre os domicílios de classe média, os de Africanos geralmente tinham gastos mensais menores. Ademais, entre jovens adultos de classe média, os Brancos tinham melhores chances que os Africanos de ocupar cargos de gerência, independentemente de seu desempenho educacional. Consequentemente, a África do Sul ainda tem um longo caminho a percorrer antes que o acesso à classe média, ao bem-estar e às oportunidades vinculados àqueles pertencentes a essa classe social sejam equalizados entre todos os grupos raciais.

■ **STATISTICS SOUTH AFRICA. Changes in Standard of Living among Population Groups in South Africa: 1998-2006. Pretoria: Statistics South Africa, 2010a.** <<http://www.statssa.gov.za/publications/Report-03-03-02/Report-03-03-02.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

■ **Profiling South African Middle Class Households: 1998-2006. Pretoria: Statistics South Africa, 2010b.** <<http://www.statssa.gov.za/publications/Report-03-03-02/Report-03-03-02.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2013.



Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)

Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas de Desenvolvimento do PNUD
SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil
Telefone: +55 61 2105 5000

E-mail: ipc@ipc-undp.org ■ URL: www.ipc-undp.org